

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

AMÉRICO PINHO DE CRISTO

**ASSOCIATIVISMO, AÇÃO COLETIVA E MOBILIZAÇÃO: AS
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –
ES.**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ – 2010

AMÉRICO PINHO DE CRISTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

AMÉRICO PINHO DE CRISTO

**ASSOCIATIVISMO, AÇÃO COLETIVA E MOBILIZAÇÃO: AS
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –
ES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, linha de pesquisa Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-Metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio de Azevedo.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Sérgio de Azevedo.

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ – 2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

009/2011

C933 Cristo, Américo Pinho de

Associativismo, ação coletiva e mobilização : as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim - ES / Américo Pinho de Cristo -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

105 f. : il

Orientador: Sérgio de Azevedo

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2011

Bibliografia: f. 74 - 78

1. Associação de Moradores – Cachoeiro de Itapemirim (ES). 2. Lideranças Comunitárias. 3. Ação Coletiva. 4. Associativismo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 302.3

ASSOCIATIVISMO, AÇÃO COLETIVA E MOBILIZAÇÃO: AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, linha de pesquisa Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-Metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio de Azevedo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo (Orientador) – UENF

Profa. Dra. Denise Cunha Tavares Terra – UCAM /
Campos

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos – UENF

Profa. Dra. Maria Helena Petrucci R. de Azevedo –
UENF/Pesquisadora colaboradora

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve presente nestes anos de construção desses novos paradigmas do mundo das ciências sociais.

Aos meus pais, Agnésia Pinho de Cristo e em memória de Domingos Batista de Cristo, autores da minha vida e da minha educação. E a toda minha família, que de uma forma ou de outra, deram também sua contribuição.

Ao meu orientador, prof. Dr. Sérgio de Azevedo, que me guiou pelos caminhos desafiadores do conhecimento por meio do profissionalismo e da habilidade em nortear ideias e fazê-las ganhar cunho científico.

A todos(as) os(as) professores(as), sem exceção, e, em especial, às professoras Marinete, Márcia Leitão, Lana e aos que compuseram a banca, professores Mauro, Denise Terra e Helena.

A todos os amigos (as) da turma de Pós-Graduação em Sociologia Política, com os quais também aprendi muito, nas discussões em aulas, nos seminários, nos debates e em vários outros momentos de interação científica.

À Província Camiliana Brasileira (Ordem dos Ministros dos Enfermos), que me deu oportunidades de enfrentar o desafio de ratificar, reformular e acrescentar conhecimentos para melhor servir no mundo da missão, da saúde e da educação.

À Comunidade São Camilo – ES, Centro Universitário São Camilo – ES e Centro Educacional São Camilo - ES, todo meu apreço e muito obrigado pelo incentivo, pelo apoio e pela compreensão, principalmente em minhas ausências.

Às lideranças das associações de moradores de Cachoeiro de Itapemirim – ES, que, mesmo em seus afazeres, dispuseram-se a responder ao questionário e, assim, contribuir com esta pesquisa. Com essas pessoas, em sua maioria muito simples, pude observar e compreender o verdadeiro significado da cidadania, do associativismo, da ação coletiva e da mobilização social.

Enfim, a todos que me apoiaram, compreenderam e, direta ou indiretamente, participaram da edificação deste trabalho, que jamais seria o mesmo se não houvesse a participação desses inúmeros atores ausentes e presentes.

Resumo: Esta dissertação tem como objetivo estudar o perfil das lideranças comunitárias vinculadas às associações de moradores de Cachoeiro do Itapemirim /ES, considerando variáveis clássicas, como associativismo, mobilização social, participação política, exposição à “mídia”, entre outras. Partimos da hipótese de que o papel de liderança comunitária exige pessoas que apresentam uma cultura política superior à média da população. Para testar nossa hipótese, realizamos um *survey* representativo de nosso objeto de estudo. Para tanto, utilizamos como grupos de controle recentes pesquisas similares com a população de duas cidades de porte médio, Campos dos Goytacazes e Macaé, situadas no norte fluminense. Observamos, com exceções, a correlação positiva entre nível de escolaridade e cultura política nas lideranças comunitárias e nos grupos de controle. Essas exceções, instigantes, exigiram interpretações que articulam especificidades dos tipos de associativismo acopladas à forma de exercício do poder em Cachoeiro de Itapemirim.

Palavras-chave: cultura política; *habitus*; exposição à “mídia”; ação coletiva; associativismo; mobilização; lideranças; associações de bairros, Cachoeiro de Itapemirim;

Abstract: This dissertation aims to study the profile of the communities' leadership linked to the Residents Association in Cachoeiro de Itapemirim-ES from classical variables such as specific associations, social mobilization, political participation, media exposure, among others. We start with the hypothesis that the role of community leadership requires people who present a more superior political culture than the average population. To test our hypothesis we have made a representative survey on our object of study and used as control groups, recent similar searches performed with the population of two medium cities (Campos dos Goytacazes and Macaé) located on the North Fluminense. We also expected to find as among communities leadership as in the control group a positive correlation between the schooling and the Political Culture. Our expectations were largely confirmed, but some intriguing exceptions occurred that required interpretations that articulate specificities such as specific associations linked to the form of exercising power in Cachoeiro de Itapemirim.

Key words: political culture; habitus; media exposure; collective actions; specific associations; mobilizatio; leadership; residents associations; Cachoeiro de Itapemirim.

FIGURAS

Figura 1 – Bacia hidrográfica do rio Itapemirim	30
Figura 2 – A estação ferroviária de Cachoeiro (1910)	35
Figura 3 – A estação de Cachoeiro	35
Figura 4 – Ponte sobre o rio Itapemirim	36
Figura 5 – Ponte sobre o rio Itapemirim (atual)	37
Figura 6 – O Pico do Itabira	38
Figura 7 – Casa dos Bragas	50
Figura 8 – Casa de Roberto Carlos	50
Figura 9 – Mapa 1 – Regional 1	97
Figura 10 – Mapa 2 – Regional 2	98
Figura 11 – Mapa 3 – Regional 3	99
Figura 12 – Mapa 4 – Regional 4	100
Figura 13 – Mapa 5 – Regional 5	101
Figura 14 – Mapa 6 – Regional 6	102
Figura 15 – Mapa 7 – Regional 7	103
Figura 16– Mapa 8 – Regional 8	104
Figura 17 – Mapa 9 – Regional 9	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero das lideranças cachoeirenses	54
Tabela 2 – Raça em que as lideranças cachoeirenses se classificam	54
Tabela 3 – Grau de escolaridade das lideranças de Cachoeiro de Itapemirim-ES	55
Tabela 4 – Índices de intensidade de associativismo por tipo de organização - Campos dos Goytacazes e Macaé (RJ) e Cachoeiro de Itapemirim (ES) – 2009 - 2010	56
Tabela 5 – Índices de exposição à mídia informativa – Brasil, Campos dos Goytacazes e Macaé (RJ) – 2006 - 2009/ Cachoeiro de Itapemirim (ES) – 2009 - 2010	58
Tabela 6 – Índices de opiniões sobre os deveres relativos ao bom exercício da cidadania - Brasil, Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ – 2006 - 2008 / Cachoeiro de Itapemirim, ES - 2009 - 2010	60
Tabela 7 – Índice de mobilização sociopolítica - Campos dos Goytacazes e Macaé (RJ) e Cachoeiro de Itapemirim (ES) – 2009 - 2010	62
Tabela 8 – Poder de convencimento da liderança perante seus liderados – Cachoeiro de Itapemirim – 2009 - 2010	63
Tabela 9 – Índices de mobilização sociopolítica associada à escolaridade para Campos dos Goytacazes (CP) 2008, Macaé (MC) 2009 e Cachoeiro de Itapemirim (CI) 2009 - 2010	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACREQMA – Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo de Monte Alegre

ADH – Atlas do Desenvolvimento Humano

ADESE – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó

APL – Arranjo Produtivo Local

AREMAC – AM – Associação Regional de Empresas de Materiais de Construção da Alta Mogiana

BR – Brasil

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CCH – Centro de Ciências do Homem

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

ES – Espírito Santo

FCA – Ferrovia Centro Atlântica

FCAA – Fundação Ceciliano Abel de Almeida

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS–UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INED – Instituto Nacional de Estudos Educacionais

ISRP – Instituto para Estudo da Religião na Política

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGSP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNES – Faculdade do Espírito Santo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
1. Associativismo e ação coletiva: uma breve fundamentação teórica	21
1.1. O associativismo: diversidade de conceitos e suas aplicabilidades nos séculos XX e XXI	24
1.2. Ação coletiva	25
1.2.1. Movimentos sociais e tipos de associativismo	25
1.2.2. Organizações reivindicatórias: participação restrita ou instrumental e participação ampliada ou neocorporativa	27
CAPÍTULO 2	
2. Panorama histórico-social de Cachoeiro de Itapemirim	29
2.1. Breve histórico do surgimento do município de Cachoeiro de Itapemirim	29
2.2. Cachoeiro de Itapemirim: desigualdades e desafios	37
2.2.1. Políticas habitacionais em Cachoeiro de Itapemirim	39
2.2.2. Saneamento básico: Cachoeiro de Itapemirim como modelo nacional	40
2.2.3 Cachoeiro de Itapemirim e suas pedras: projeção em âmbitos nacional e internacional	41
2.3. Desigualdades sociais em Cachoeiro de Itapemirim	43
2.4. A evolução cultural em Cachoeiro de Itapemirim	48
2.4.1. Educação ontem e hoje	48
2.4.2. A projeção artística do município	49
CAPÍTULO 3	
3. Comparando a cultura política das lideranças cachoeirenses com lideranças de outras cidades: análise de instrumento diagnóstico, universo sociopolítico-cultural de uma liderança	52
3.1. <i>Habitus</i> da liderança cachoeirense uma percepção local	66

CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	
ANEXO 01	80
ANEXO 02	96

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é estudar as lideranças comunitárias de Cachoeiro do Itapemirim/ES, especialmente seus perfis, *habitus*, práticas sociais e políticas. Os desdobramentos desta análise decorrem do interesse relacionado ao tema “associativismo”, que, no Brasil, desenvolveu-se a partir do processo de democratização, em meados dos anos de 1970.

Metodologicamente, optamos pelo *survey* como instrumento desta pesquisa, centrada em conhecer e pesquisar as lideranças cachoeirenses e suas associações. O questionário aplicado (anexo 1) é uma versão simplificada do que fora utilizado na pesquisa “Território, Coesão Social e Governança Democrática”, vinculada ao “Programa Institutos do Milênio do CNPq” (Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP 2006).

No que diz respeito aos perfis das lideranças, foram utilizadas as seguintes variáveis: formação educacional, gênero e etnia, o que nos possibilitou comparações tanto internas ao nosso universo, como entre nosso público-alvo e a média da população de diferentes cidades, estas últimas por meio de dados disponibilizados pelo “Observatório das Metrôpoles / Instituto do Milênio”¹.

No que se refere às práticas sociais e políticas, centramos nossa análise no nível de “socialização política”, “associativismo” e diferentes tipos de “mobilização” dessas lideranças comunitárias. Também nesses casos, utilizamos como parâmetro comparativo os dados do mencionado “Instituto do Milênio.

Pretendemos traçar o *habitus* predominante na liderança comunitária cachoeirense considerando uma releitura de *Bourdieu*. A junção desses instrumentos metodológicos possibilitou levantar um perfil das lideranças nas associações, apresentando características desses atores, posição social e política, bem como educação, gênero e caráter cívico. Isso nos levou a inferir algumas

¹ Essas análises comparativas serão realizadas contrastando-se nossos resultados com os de bancos de dados de pesquisas realizadas nos últimos três anos, em diversas metrôpoles, pelo “Observatório das Metrôpoles”, que, atualmente, integra os Institutos do Milênio do CNPq (SANTOS JUNIOR, RIBEIRO, AZEVEDO, 2004). Para mais informações: <http://www.institutomilenioestuarios.com.br/>.

características do tipo associativismo hegemônico nas Associações de Moradores de Cachoeiro de Itapemirim.

O espaço da articulação entre o Estado e a sociedade organizada é compreendido como uma das formas de ampliação da participação democrática. A participação popular vem passando, ao longo de décadas, por várias concepções e significados no Brasil, e as reformulações são circunstanciais, dada a conjuntura política e social do país.

Pode-se dizer que, a partir de meados da década de 1970, o governo brasileiro começa a apresentar sinais de abandono de uma visão globalizante e integrada de políticas públicas (planejamento tradicional). Dá-se início, então, aos primeiros passos em direção ao que, posteriormente, nos anos de 1980, seria chamado de planejamento participativo (AZEVEDO e PRATES, 1991).

Nesse sentido, procurou-se resgatar e revalorizar o sentido para os aspectos sociais, considerando-se o interesse por pequenas obras capazes de minimizar os problemas locais. Com efeito, ganham espaço e visibilidade os chamados "Movimentos Sociais Urbanos", que se apresentam como interlocutores privilegiados da população junto aos governos. Diversos programas federais, logo seguidos por iniciativas análogas estaduais e municipais, foram criados com o intuito de envolver as comunidades-alvo no enfrentamento dos problemas sociais mais cruciais das camadas urbanas de baixa renda (AZEVEDO e PRATES, 1991).

Contudo, ao abrir espaço para novos atores, mesmo que, inicialmente, de forma restrita, esse processo desencadeado pelas autoridades governamentais não ocorreu de forma equilibrada, nem sem conflitos e contradições graves com os pretensos objetivos participacionistas dessas iniciativas.

Um dos efeitos positivos desse contexto de abertura política – ainda que gradual e restrita – foi o estímulo para o afloramento de associativismo e de mobilização da sociedade nos diferentes setores e segmentos sociais, que passaria, no que tange ao campo popular, a priorizar a reivindicação de bens e serviços públicos. Ressalta-se que, em um primeiro momento, especialmente na segunda metade dos anos de 1970, a baixa representatividade dos legislativos e dos partidos políticos. Assim, o forte controle sobre os sindicatos propiciou espaço para uma

relação mais direta dos movimentos populares urbanos com o poder executivo dos municípios e, em menor intensidade, dos estados federados (AZEVEDO e PRATES, 1991).

No início dos anos de 1980, o processo de democratização ganha força, e as eleições diretas para prefeitos e governadores passam a ser disputadas cada vez mais por grupos diferenciados. Desse modo, tanto as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas e até mesmo o Congresso Nacional passam a ser mais porosos às diferentes reivindicações dos setores populares e de classe média.

Esse processo, em contrapartida, provoca fricções entre os novos legislativos – que buscam se mostrar mais eficientes em intermediar as demandas da sociedade junto aos diversos níveis de governo – e os movimentos organizados, que vinham desempenhando, até então, esse papel. O fortalecimento da democracia representativa – apesar de suas notórias deficiências até os dias atuais – não significou o enfraquecimento desses movimentos, mas, ao contrario, diferentes formas de acomodações entre esses atores, dependendo de idiosincrasias e particularidades regionais e locais. Em suma, construíram-se estratégias diversas que podem combinar, ao mesmo tempo, diferentes matizes de cooperação e de disputas mitigadas (AZEVEDO e PRATES, 1991).

A partir de 1985, os militares deixam o poder e, com a progressiva abertura para a participação e para a representação política - movimento pela anistia, para a convocação de uma Assembléia Constituinte e eleição direta para Presidente - os movimentos populares, gradativamente, descentralizam-se e surgem com diferentes formas de associativismos, em decorrência dessa nova conjuntura política.

A Constituição promulgada em 1988 possibilita diferentes formas de participação semidireta, entre elas o plebiscito, o referendo, as leis de iniciativas populares e a participação da sociedade organizada na definição e na fiscalização das políticas públicas nos três níveis de governo. Essa abertura abre espaço para a criação crescente – em especial em nível dos governos locais - de diversos mecanismos de participação política da sociedade organizada (conselhos municipais, fóruns de debates, conferências de políticas setoriais, orçamento participativo, entre outros). Os avanços no campo participativo, a democratização, a

criação de uma esfera pública e as conquistas advindas da Constituição de 1988, em vez de casuais, tiveram participação intensa de setores populares, o que reflete o esforço em se consolidarem tais formas de participação popular pelas camadas da sociedade.

O processo de redemocratização recente forjou o consenso de que vivemos em uma sociedade de mercado, seja porque, para muitos, parece ser a melhor alternativa, seja porque para outros, mesmo com todos os problemas decorrente, da primazia do mercado, não se vislumbra a possibilidade do retorno do chamado “socialismo real”.

Contudo, as crises cíclicas desse sistema reforçaram a crença de que uma sociedade de mercado necessita de regulação do Estado, sob pena de ocorrer o que a literatura chama de “tragédia dos comuns”, ou seja, conjunturas em que a busca de maximização de interesses pessoais ou de grupos restritos acaba criando uma crise de grandes proporções para toda a sociedade.

Paralelamente, ganha força, sobretudo nos anos de bonança econômica, a questão da adesão à “democracia” como forma de resolução de nossos problemas por parte significativa da população (AZEVEDO e PRATES, 1991). Assim, torna-se necessário mitigar contradições e conflitos entre “sociedade de mercado” e “democracia”. Isso coloca como contrapartida a necessidade de uma participação eficiente e responsável dos setores populares, por meio de suas lideranças e do amadurecimento de suas instituições. Essa é uma forma de lograr um aprimoramento democrático capaz de proporcionar uma diminuição paulatina das diferenças socioeconômicas.

O grande desafio atual para novas democracias, como a brasileira, por exemplo, refere-se ao aperfeiçoamento e ao aprofundamento das instituições democráticas, acoplando aos mecanismos clássicos da representação formas institucionalizadas de participação política que permitam a ampliação do direito de vocalização das preferências dos cidadãos e o controle público do exercício do poder (ANASTASIA, 2000) em contexto decisório contínuo (SARTORI, 1994; AZEVEDO E ANASTASIA, 2002). Esse é o caso de órgãos colegiados, citados

anteriormente, formados por representantes governamentais e da sociedade organizada, denominados por alguns como “instituições híbridas”².

Por outro lado, diante de um cenário controvertido, há apenas a busca de inclusão de comunidades que convivem com redes, assim como outras que procuram a transformação social na mudança do modelo de desenvolvimento do país, baseando-se em ética, justiça e igualdade social, prioritárias e inegociáveis. É fato, porém, que quanto menor o nível de organização social e participação de uma sociedade, mais pobre e incapaz de afirmar sua identidade ela será.

A crença de que, supostamente, organizações tendem a priorizar interesses coletivos, quando a maioria de seus membros tem interesses comuns, não ocorre de forma automática. Isso porque, mesmo compartilhando interesses comuns, as especificidades dos diferentes atores individuais e coletivos envolvidos em um processo decisório deságuam, quase sempre, em distintas opções estratégicas (OLSON, 1999). Em outras palavras, os recursos financeiros, sociais e políticos de cada ator, os “custos de transações” para cada um deles, bem como as trajetórias diferenciadas (*path dependence*), entre outras variáveis, influem nas formas de atuação (competição e cooperação) e na correlação de forças entre os atores.

A emergência, o curso da ação e os resultados alcançados por instituições dependem do contexto social. É assim que, considerando os resultados de sua pesquisa, Putnam explica a enorme diferença observada entre o Sul e o Norte da Itália no enfrentamento dos dilemas da ação coletiva, tomando como fundamento o conceito de “capital social”. De acordo com esse autor, a definição de capital social passa pelo entendimento do bem público, representado por atributos da estrutura social, tais como a confiança e a disponibilidade de normas e sistemas, que servem como garantia entre os atores (líderes), facilitando ações cooperativas. Contudo, para se abordar o universo da problemática das ações coletivas e das participações democráticas, é necessário que se façam algumas considerações a respeito de

² Segundo Leonardo Avritzer, as “instituições híbridas” são órgãos colegiados deliberativos ou consultivos, formados por representantes governamentais. Podem abarcar os três níveis de governo e por “representantes da “sociedade organizada”, em que é possível a representação de diferentes setores e segmentos, ou seja, empresários, trabalhadores, usuários e gestores de serviços públicos, ONGs com diversos objetivos, associações civis, organizações reivindicativas e movimentos sociais, entre outros (AVRITZER, 2000).

determinados temas, tais como associativismo, mobilização, participação e capital social.

Com efeito, o capital social pode ser visto como um bem público, representado por atributos da estrutura social, tais como a confiança e a disponibilidade de normas e sistemas que servem como garantia entre os atores, facilitando ações cooperativas. Já o associativismo pode ser definido como uma forma de cooperativismo em que a sociedade se organiza por meio de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia a dia. A definição de capital social não determina que movimentos sociais não possam se envolver em atividades coletivas voltadas a ganhos instrumentais ou reivindicações negociáveis em seu ambiente. Entre as motivações que levam as empresas ao associativismo, encontram-se: solução de problemas comuns; impossibilidade de produção individual; afinidade entre os participantes; divisão de custos; necessidades sociais e convergência de interesses (AZEVEDO, 2004).

Putnam lembra que, no Sul da Itália, mais pobre, onde o estoque de capital social disponível é escasso, observar-se-ia o que ele chama de “vida coletiva atrofiada”, o que decorre da incapacidade de haver cooperação em proveito mútuo. Longe de significar ignorância ou irracionalidade, a não cooperação seria produzida pela ausência de confiança mútua, o que poderia levar a maioria dos atores a assumir uma atitude oportunista. Em outras palavras, por falta de confiança em seus pares, os indivíduos adotam quase sempre uma opção “subótima”, decorrente do cálculo de não cooperação do parceiro. Ou seja, optam pelo seguinte: “dos males, o menor”. Por outro lado, no Norte da Itália, a disponibilidade de capital social seria capaz de garantir dinamismo econômico e melhor desempenho governamental. É necessário ressaltar que o sistema apresentado por Putnam é uma visão restrita ao mundo italiano que não se distribuiu pela Europa e, por vezes, não se aplica a outros lugares e realidades, como se deu no Norte e no Sul da Itália.

Tal como ocorre com o capital convencional, quanto maior a disponibilidade de capital social, maior a acumulação, que tem como componente básico a confiança cívica, fundada nas regras sociais de reciprocidade e nos sistemas de participação cívica. As regras sociais seriam disseminadas e mantidas por meio da socialização e do condicionamento, mas também da punição, resguardando a

comunidade do oportunismo e fortalecendo a confiança social. A mais importante dessas regras, segundo Putnam, seria representada pela reciprocidade – a crença em que a confiança será retribuída – seja específica ou generalizada.

Contudo, sobre as discussões sobre capital social, associativismo e cooperativismo, existem muitas perguntas no âmbito das ciências sociais. Esses obstáculos necessitam ser observados com empenho, porque de seu processo depende a execução de alternativas para o problema da cooperação social e para o desenvolvimento e a consolidação da democracia.

Do ponto de vista dos objetivos da dissertação, a questão crítica a ser considerada no âmbito dessa tradição temática é a distinção entre o tipo específico de ação coletiva que caracteriza os movimentos sociais e os outros tipos de ação organizada, especialmente aqueles que se pautam pela natureza instrumental-reivindicativa de seu sistema de solidariedade.

Abordar as lideranças comunitárias no âmbito de um município é prever um estudo que atente para os aspectos políticos em torno das ações sociais resultantes do processo de democratização. Nesse sentido, o tema desta dissertação, que busca entender o perfil e a prática das lideranças populares de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, pode aportar subsídios para uma discussão mais profunda do tema em questão, capaz de apontar tanto as potencialidades dessas lideranças como seus elementos estruturais e regionais que limitam ou dificultam uma ação mais efetiva.

Tais questões fazem de Cachoeiro de Itapemirim um solo fértil para estudos das ciências sociais em busca de respostas a problemas que urgem ser respondidos. O associativismo, a confiança, a cooperação podem ser o início da busca por direção e vertentes de crescimento da cidade.

Buscando realizar os objetivos delineados, organizamos esta dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos uma breve fundamentação teórica do associativismo e da ação coletiva; no segundo, realizamos um sucinto panorama histórico-social de Cachoeiro de Itapemirim; no terceiro, comparamos a cultura política das lideranças cachoeirenses vinculadas às Associações de Bairro com a das populações de Campos dos Goytacazes e de Macaé, que, nesse estudo,

desempenharam o papel de “grupo de referência”. Por fim, nas “considerações finais”, realizamos um sucinto balanço da pesquisa realizada.

CAPÍTULO 1

1 - Associativismo e ação coletiva: uma breve fundamentação teórica

Na literatura sobre ação coletiva, o clássico trabalho de Mancur Olson, publicado em 1975, traduzido no Brasil, procura mostrar que a lógica que organiza os grandes grupos visando à promoção de interesses comuns não decorre da premissa do comportamento racional centrado em interesses pessoais. Uma das conclusões de Olson é que, para ampliar o nível de participação e garantir mais envolvimento na luta geral, os organizadores desses grupos devem lançar mão dos chamados “incentivos seletivos”. Outra possibilidade de se ampliar o envolvimento dos indivíduos na ação coletiva seria o surgimento de “empreendedores” capazes de assumir a maior parte dos custos da participação visando a recompensas individuais futuras, simbólicas e/ou instrumentais, que poderiam se traduzir em prestígio e apoio eleitoral (AZEVEDO e MARES GUIA, 2002).

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem, racionalmente, uma maximização de seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais, a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto ou que tenham algum incentivo à parte. Isso é diferente, portanto, da realização do objeto comum ou grupal, oferecido aos membros do grupo, individualmente, com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais.

Encontra-se em Olson (1999) a contribuição inestimável contida na análise do caráter problemático da ação coletiva. Segundo o autor, tal ação se faz acompanhar de inconvenientes análogos. Ela traz como contrapeso a negação quase total da relevância analítica dos aspectos de qualquer natureza que possam ser vistos como produtores de solidariedade e, conseqüentemente, de ação em comum que não seja o resultado direto da simples coerção ou da remuneração ao interesse individual, os incentivos “separados” ou “seletivos”. Essa ação em comum permite transitar para a questão de egoísmo ou altruísmo e para o esclarecimento do alcance da ligação acima assinalada entre o individualismo metodológico e uma perspectiva “crítica” que tenha a autonomia individual como referência.

Olson (1999) analisa o objetivo da organização considerando a idéia de que as organizações ou as associações que existem para promover os interesses de seus membros estão longe de ser uma novidade ou uma noção peculiar da teoria econômica. Para Festinger (2008), “a atração que exerce a filiação a um grupo não é tanto pela sensação de pertencer, mas acima de tudo, pela possibilidade de conseguir algo através desse pertencer”.

Reis (2000), quando analisa Olson, afirma que não seria em si o benefício associado à realização do bem coletivo que levaria à ação conducente a esse bem, mas um objetivo que seria ainda interpretável como individual. Vê-se aí a admissão de que existe a possibilidade de se compatibilizarem objetivos coletivos e individuais. O caso em que o indivíduo age por causa de uma norma interior que lhe prescreve o interesse coletivo corresponde, em terminologia weberiana, à ação comunal ou comunitária, fundada em sentimentos de solidariedade. A introdução da ideia de solidariedade e da ação nela inspirada é que altera os termos do problema discutido por Olson, permitindo situar fenômenos que a estrita perspectiva de interesses individuais tende a obscurecer.

Como se pode supor, considerando a leitura de Olson, os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum. Eles também têm interesses puramente individuais, diferentemente dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização. Segundo Maclver, citado por Olson, “as pessoas têm interesses comuns no mesmo grau em que participam de uma causa (...) que abraça a todos de maneira única e indivisível”. É da própria essência da organização que ela forneça um benefício indivisível e generalizado. Segue-se que o provimento de benefícios públicos ou coletivos é a função fundamental das organizações em geral (REIS, 2000).

Constatar a existência de uma coletividade solidária de qualquer tipo é definir um foco coletivo de interesse. Assim, enquanto “interesse” diz respeito a qualquer fim ou objetivo próprio (“próprio” referindo-se a atores individuais ou a atores coletivos), “solidariedade” refere-se ao compartilhar de objetivos ou interesses, que podem ocorrer, igualmente, em diferentes escalas. Para Reis, o ponto que importa destacar como complemento a Olson é que, assim como seria enganoso falar de ação solidária sem ter em mente o que há nela de ação interessada, também é

impróprio falar de interesses e de ação interessada sem ter presente que ambos tendem a corresponder a “focos” ou núcleos coletivos mais ou menos amplos.

Olson parte de pressupostos em que se eliminam os grupos sociais como entidades reais, e o dilema por ele mesmo situado tem a ver diretamente com isto: temos apenas indivíduos, ou entidades particulares movidas sempre por objetivos próprios, mesmo quando se pretende que um “interesse objetivo” compartilhado com outros seja o motivo “altruístico” ou solidário de sua ação. Assim, é necessário coagi-los ou remunerá-los como tais, para que o resultado de sua ação não seja o caos. Aqueles elementos que entram na própria definição dos grupos sociais, ou entidades coletivas em qualquer escala, são transformados numa simples nota de pé de página, em remuneração particular ou “separada”. Reis (2000) esclarece determinados aspectos do problema. Ele escamoteia ou distorce outros aspectos relevantes e tampouco há dúvidas de que sua análise não tem condições de lidar adequadamente com situações empíricas³.

Putnam parte da constatação de que autores como Olson, ao considerarem a transgressão como a atitude mais racional adotada pelos participantes de um grupo social, subestimam a cooperação voluntária frequente em muitas situações. Reconhece, entretanto, que, para a dinamização do comportamento cooperativo, é fundamental a existência de instituições formais que seriam capazes de superar a lógica olsoniana da ação coletiva, enquanto que outras não o fazem (AZEVEDO e MARES GUIA 2002).

Nesse sentido, tanto a confiança/reciprocidade quanto a dependência/exploração seriam capazes de produzir equilíbrios estáveis em uma sociedade, garantindo sua unidade. Seriam observadas, entretanto, acentuadas diferenças na eficiência e nos resultados de seu desempenho institucional. Os dilemas da ação coletiva seriam enfrentados com mais chances de sucesso por meio dos sistemas horizontais de participação cívica, favorecendo o bom desempenho governamental. Ou seja, haveria uma forte correlação positiva entre

³ Tais como, o êxito, por todos os aspectos improváveis à luz de sua teoria, de um movimento revolucionário como o de Fidel Castro, em Cuba, de Batista, Hugo Chaves, na Venezuela, ou com Irã e Honduras de nossos dias. E parece claro que o lado falho que se pode assim apontar em sua análise se associa ao apego intransigente ao individualismo metodológico.

associações cívicas e instituições públicas eficazes: quanto mais cívico o contexto, melhor o governo. Nessas sociedades, os valores democráticos de autoridades e cidadãos, aliados à infraestrutura social já existente nas comunidades cívicas, contribuiriam para o bom desempenho do governo (AZEVEDO e MARES GUIA 2002).

Além da lógica da ação coletiva, vale exemplificar outros modelos que demonstram as possibilidades e condições nas quais as pessoas se propõem cooperar como a “tragédia dos comuns”, o “dilema do prisioneiro”. Todos eles têm, em essência, que o comportamento mais provável é o do “carona”, ou seja, daquele indivíduo que terá um comportamento não cooperativo, caso possa se beneficiar do bem coletivo produzido pelos demais (AZEVEDO, MARES GUIA e TOTTI, 2009).

1.1. O Associativismo: diversidade de conceitos e suas aplicabilidades nos séculos XX e XXI

A partir dos anos de 1970, surgem diversos movimentos populares no Brasil: o movimento do custo de vida, o movimento de moradia, o movimento contra o desemprego, o movimento de saúde, do transporte coletivo. Todos com o objetivo de mostrar os elementos que os transformam em um campo ético-político comum.

Tais elementos seriam a ideia de um coletivo “que não se deixa cooptar ou manipular”. Está predisposto à participação continuada na luta por seus interesses e é constituído por sujeitos “autônomos e independentes”, capazes de se tornarem o fundamento da democracia e de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (DOIMO, 1997).

Paulatinamente, surgem novas formas reivindicativas e alternativas de participação da sociedade organizada, complementares às agências tradicionais de representação, como partidos e sindicatos. Nesse sentido, ressalte-se o protagonismo na esfera pública de conselhos, conferências e fóruns sobre políticas públicas setoriais e outras formas institucionalizadas de participação popular sem, contudo, negar a centralidade do Estado e das representações clássicas.

Pesquisas sobre lideranças comunitárias tornam-se um dos temas para se analisarem as potencialidades e os constrangimentos dessas novas formas de ação política ancoradas nas chamadas “organizações híbridas”, isto é, formadas por representantes do poder público e de diversos segmentos da sociedade organizada” (AVRITZER, 2000). Essas instituições, com poderes consultivos ou deliberativos, mesclam elementos da democracia direta e da representatividade. Permitem mais participação de grupos organizados da sociedade na elaboração e na fiscalização das políticas públicas (AZEVEDO E ANASTASIA, 2002). Os estudos disponíveis apontam para uma trajetória heterogênea a esse respeito, especialmente quando esse fenômeno se refere a diferentes tipos de municipalidades (SANTOS JUNIOR, RIBEIRO e AZEVEDO, 2004).

Na consolidação dos espaços participativos, novos agentes entram em cena e passam a somar, na prática, construindo a articulação de resistência à opressão e ao autoritarismo. Observa-se com isso que são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam seu acervo de capital social. Sem organização, a sociedade não está preparada e não tem iniciativa. Sem confiança social entre os grupos não se pode ter desenvolvimento de qualquer projeto que possa levar à ampliação do bem público e ao bem da coletividade. O associativismo vem passando por novos momentos em sua trajetória. Contribui para o empoderamento dos setores populares da sociedade diante de graves problemas sociais que requerem respostas urgentes.

1.2. Ação Coletiva

1.2.1. Movimentos sociais e tipos de associativismo

O termo “movimento social” refere-se, na literatura sociológica contemporânea, às manifestações de organização coletiva que buscam assegurar ou transformar valores básicos que regulam a ordem institucional de uma sociedade, como, por exemplo, “direitos de cidadania,” ecologia, “critérios fundamentais de distribuição de bens na sociedade”, enfim, todo e qualquer movimento coletivo orientado primariamente para fins de natureza normativa ou ideológica (AZEVEDO e PRATES, 1991).

Essa definição não significa que movimentos sociais não possam se envolver em atividades coletivas voltadas para ganhos instrumentais ou reivindicações negociáveis em seu ambiente. Nesses casos, essas ações são percebidas como um meio e/ou estratégia para se alcançarem, no futuro, mudanças mais amplas.

Segundo Azevedo (2003), cada tipo de associativismo tem uma lógica própria de interagir com as políticas públicas. A seguir, será feita a descrição dos tipos de associativismo e de participação presentes também nas lideranças em Cachoeiro de Itapemirim.

1) Associativismo restrito ou societal

Chama-se assim porque tem por característica não necessitar de contato com o poder público para atingir os seus objetivos, restritos a ações societárias (por exemplo: clubes de esportes, Rotary Clubes e grupos bíblicos).

2) Associativismo reivindicativo

Tem por característica reivindicar. É formado por organizações que demandam bens materiais, reivindicando bens coletivos ou públicos. Busca-se algo bem concreto. Esse formato associativo tem relação com as carências sociais e as debilidades do poder público em atendê-las.

3) Associativismo social e clássico

Caracterizado pela associação em torno de valores. É composto por organizações que demandam bens não materiais, ou seja, que se organizam e lutam por valores, cujo objetivo é mudar ou conservar determinada dimensão social (por exemplo: movimentos ambientalistas, feministas, pacifista e antirracista).

Azevedo (2003) ressalta que um movimento que tenha as características de uma “organização reivindicativa” pode se transformar, em situações muito especiais, em um “movimento social”. Contudo, vale considerar que existem motivos diferentes que aproximam as pessoas. Assim, para pensar na participação em políticas públicas, é importante pensar nesses diferentes tipos de associações.

1.2.2. Organizações reivindicativas: participação restrita ou instrumental e participação ampliada ou neocorporativa

As organizações reivindicativas caracterizam-se pela definição de objetivos limitados e negociáveis no ambiente. Buscam o monopólio da representação, o que qualifica seus resultados como bens coletivos. Não é por acaso que a taxa de envolvimento dos membros dessas organizações no processo decisório, mesmo que este seja completamente aberto à participação voluntária, tende a ser muito pequena.

Boschi, em seu clássico trabalho *A Arte da Participação*, refere-se diretamente a essa questão ao mostrar os resultados de pesquisa realizada no Rio de Janeiro com 103 Associações de Favela: "Quanto à participação, constatou-se que em 59% das associações menos de 40% dos afiliados frequentavam as assembleias gerais onde eram tomadas as decisões coletivas. Em contraste, 44% das lideranças entrevistadas confirmaram uma intensa participação nas atividades de lazer e recreação promovidas pela associação. Em conjunto, esses dados revelam as dificuldades das associações na manutenção de altos níveis de participação regular, bem como a contrapartida do aproveitador (*free-rider*), quando benefícios coletivos resultam de atividades não-rotineiras altamente gratificantes ao nível individual." (BOSCHI, 1987).

Ainda que, em casos específicos, essas organizações possam participar de alianças voltadas políticas regulatórias tradicionais, o foco privilegiado por esses grupos tem sido, predominantemente, a arena de políticas distributivas capazes de responder diretamente as suas reivindicações pontuais⁴.

Apesar disso, vale ressaltar que as análises baseadas no pressuposto da escolha racional e da busca de ganhos instrumentais por parte dessas organizações populares concordam que a atuação dos movimentos reivindicativos traz importantes ganhos cumulativos na esfera da cidadania. Todavia, esses ganhos

⁴ As organizações reivindicativas setoriais (associações de bairro, grupos de "sem casa", movimentos pelo transporte etc.) geralmente priorizam políticas distributivas especialmente definidas. Entretanto, quando congregadas em federações, confederações e fóruns de nível municipal, regional ou estadual, até por necessidade de uma visão mais compreensiva da realidade, são também atraídas pela defesa de políticas de corte regulatório (AZEVEDO, 1994).

deveriam ser vistos como “efeitos positivos não esperados” da ação dessas organizações e não como objetivos deliberadamente buscados.

Ressalte-se que, sob o rótulo genérico de “políticas, planejamento ou programas participativo”, englobam-se duas diferentes propostas que significam, em verdade, tipos de participação comunitária bastante distintas, tanto em termos de amplitude quanto de poder decisório e motivação à participação. Essas propostas têm implicações totalmente distintas para o formato ou o arranjo do padrão institucional do relacionamento Estado-sociedade.

Apesar desses constrangimentos, a participação ampliada apresenta potencialidades para se tornar um mecanismo importante de mais democratização do Estado e de incorporação paulatina dos setores populares mais bem organizados na gestão das políticas públicas nos diferentes níveis de governo.

CAPÍTULO 2

2- Panorama histórico-social de Cachoeiro de Itapemirim

Relembrar as raízes e a história de um povo é reavivar sua memória, entender suas origens. Ao se pesquisar a história de um povo, conhecem-se seus costumes e é possível entender, por exemplo, de onde nascem as desigualdades sociais, os conchavos políticos, a riqueza e a pobreza do local.

O indivíduo participa de duas espécies de memória. Mas conforme participe de uma ou de outra, adotaria duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias, de um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo (HALBWACHS, 1990).

Averiguaram-se as memórias individuais, coletivas, autobiográficas e históricas de associações e lideranças na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Buscou-se, assim, conhecer as bases dessas instituições sociais e o motivo pelo qual elas sobrevivem, se há democracia e como funciona o sistema de participação democrática na busca de direitos por todos.

Não se pretende repetir o que os anais contam sobre a história de Cachoeiro, mas, antes de tudo, despertar e fomentar o pensamento acerca do poder do associativismo, da cooperação, da liderança e seu impacto e efeitos em uma sociedade, assim como outras engessadas pela força do sistema capitalista e individualista.

2.1. Breve histórico do surgimento do município de Cachoeiro de Itapemirim

Como boa parte das cidades brasileiras, Cachoeiro de Itapemirim nasceu às margens de um rio, o Itapemirim, de onde vinha seu sustento. A cidade é produto de seu rio. Por imposição da natureza, Cachoeiro de Itapemirim formou-se no ponto máximo da navegabilidade de suas águas. Eram as “cachoeiras do Itapemirim”, o

trecho onde o encachoeiramento do rio formava pequenos saltos em suas corredeiras (FIGURA 1).

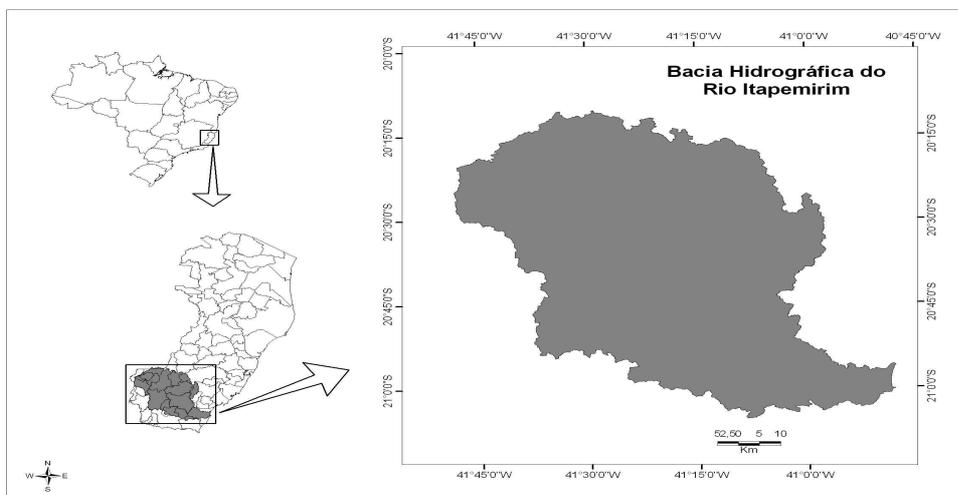


FIGURA 1: bacia hidrográfica do rio Itapemirim com seus municípios de abrangência.

Foram em terras onde se situa atualmente o município de Castelo que apareceram as primeiras povoações do sul do Estado, por volta de 1745. Segundo Braga (1986), onde fora a taba da tribo expulsa, armou-se o estranho povoado: casinholas rústicas, mal arranjadas, feitas para moradia de pouco tempo, dando frente para uma pracinha suja, de terra batida. Reuniram-se ali as gentes mais diferentes: brancos, negros, índios e mestiços, numa “confusão brutal de hábitos e instintos”, todos empenhados em fazer uma fortuna rápida.

Próximas a Cachoeiro de Itapemirim, encontram-se cidades que foram colonizadas por europeus e que têm características diferenciadas de educação, infraestrutura, planejamento, economia e cultura.

Abandonadas com o fim da escravidão, grandes fazendas da região foram pulverizadas em pequenas glebas e vendidas, a partir do fim do século XIX e início do século XX, a algumas dezenas de famílias italianas. Assim como a maioria dos municípios da região serrana, Venda Nova do Imigrante foi colonizada por imigrantes italianos. Os primeiros desbravadores chegaram por volta de 1892, da província de Treviso. Três anos depois, dezenas de famílias deixaram as terras onde haviam se instalado inicialmente e foram para o Alto Castelo, tomando posse das áreas loteadas pelo governo. Parte desses imigrantes italianos também ajudou a fundar o município de Afonso Cláudio em 1892 (IBGE, 2007).

A união da comunidade sempre foi um forte marco em Venda Nova do Imigrante. Os imigrantes se juntaram para construir escolas, igrejas e até uma usina geradora de energia elétrica, capaz de movimentar máquinas de beneficiamento de café e iluminar casas e demais prédios. Até a década de 1940, os habitantes da localidade, todos descendentes de italianos, só falavam o dialeto vêneta, ou simplesmente vêneto, dialeto italiano da região de mesmo nome no Nordeste da Itália. A construção de estradas e as comunicações em geral eram difíceis, pois esse é o município mais alto do Estado, onde cerca de 45% do território é montanhoso e 35%, fortemente ondulado. Em 1951, o início da abertura da BR-262, que liga Vitória a Belo Horizonte, trouxe enorme transformação.

O município de Venda Nova do Imigrante é nacionalmente conhecido pela forte influência da cultura dos ancestrais italianos. Uma manifestação dessa influência pode ser vista na Festa da Polenta. Realizada sempre na segunda semana de outubro, durante três dias, a festa resgata a cultura italiana com atrações como danças, músicas e comidas típicas.

Um outro município com características bastante diferentes de Cachoiero de Itapemirim é Domingos Martins, colonizado por alemães, pomeranos e italianos, que, a partir de meados do século XIX, deixaram a Europa para começar uma vida nova no Brasil. Os primeiros a chegar foram os alemães, em 1847, quando fundaram, em Santa Isabel, a primeira colônia alemã no Espírito Santo. O grupo era formado por 39 famílias, sendo 23 católicas e 16 luteranas, vindas da região montanhosa do Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia Renana, das cidades de Koblenz, Lötzebeuren e Traben-Trarbach, em número de 163 pessoas (PNDU, 2000).

Os pomeranos vieram da região que ficava situada entre o norte da Alemanha Ocidental e a Polônia, região que fazia parte da Alemanha desde 1200. Durante o feudalismo, estava vinculada ao Império Prussiano, mas, a partir de 1945, dois terços da Pomerânia foram anexados à Polônia, e a outra parte ficou na Alemanha. A partir de 1859, vieram também os primeiros italianos para a colônia de Santa Isabel. Nessa época, havia, em Santa Isabel, 27 italianos, mas o maior fluxo de italianos para a região começou em 1875. A ocupação italiana concentrou-se no distrito de Aracê.

No início do século vinte, por volta de 1900, apareceram na região os primeiros imigrantes italianos. Sua chegada ocorreu por caminhos até então desconhecidos pelos alemães e desbravados a partir de outras direções. Uma

primeira leva chegou pelo lado de São Floriano, subindo de Alfredo Chaves pela região de São Bento de Urânia. Eles chegaram até o alto de Pedreiras e começaram a atrair outras famílias, que foram adquirindo a posse dos alemães que voltavam para a região de São Rafael. Uma outra leva chegou por trás da Pedra Azul, passando por Castelinho em direção a São Paulinho.

Falta a Cachoeiro de Itapemirim características próprias, que definam o turismo, as festas, a cultura local. Talvez esse fato se dê porque Cachoeiro de Itapemirim era entreposto de comercialização de produtos agrícolas, tornando-se centro urbano, com funções mais diversificadas, com o advento da chegada do café, adquirindo apenas características de uma cidade-comércio.

Entretanto, a civilização acompanhou o curso do rio. Uma notícia de 1817 diz que, às margens do rio Itapemirim, próximo à cidade atual de mesmo nome, havia grandes fazendas. Essa mesma notícia ainda afirma que, “no primeiro Cachoeiro deste rio”, em terrenos que hoje são a cidade de Cachoeiro⁵ (...), nesta mesma época, já vivia nessas terras o primeiro habitante de Cachoeiro, Manoel de Oliveira Matos, que tinha uma lavoura perto do Itabira”.

O pequeno arraial recebeu, em 1855, o nome de Freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim. Mesmo assim, muitos se referiam aos “cachos” d’água como os “cachoeiros” e, com o tempo, o que chamavam “as cachoeiras do Itapemirim” passou a ter nome de Cachoeiro de Itapemirim. Entende-se o uso da preposição “de” por ser a região, àquela época, parte integrante do município de Itapemirim.

Nessa época, o transporte para o litoral era por meio de canoas que navegavam pelo rio Itapemirim, levando toda a produção das fazendas da redondeza para a Vila Itapemirim. Sem estradas, eram, muitas vezes, os próprios comerciantes que transportavam suas mercadorias pelo rio, em embarcações próprias.

⁵ Os terrenos de beira-rio, desde a Barra até Cachoeiro, pertenceram, originalmente, pode-se assim dizer, a essas três famílias que povoaram o município em seu começo. Os próprios terrenos em que está hoje situada a cidade de Cachoeiro de Itapemirim pertenceram a essas famílias: o lado sul ao Barão de Itapemirim e o lado norte ao Tenente Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro (da família da “Areia”), que herdou de sua mãe, D. Maria Francisca Pinheiro (BITTENCOURT, 1987).

O local, aos poucos, foi se desenvolvendo, e as primeiras casas foram levantadas ao norte de Cachoeiro e em Baiminas, pois, até ali, as corredeiras do rio favoreciam a navegação⁶. Naquele tempo, todo o sul do Espírito Santo fazia parte da Comarca de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim, assentada às margens do rio Itapemirim, data de 1856, quando teve sua freguesia criada sob a denominação de Paróquia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim. Tendo sido importante centro produtor de café da Província, foi logo promovida à categoria de vila (1864), cuja Câmara Municipal instalou-se a vinte e cinco de março de 1867, desmembrada que fora da Vila de Itapemirim⁷.

Somente em 1857, foi autorizada a construção da primeira estrada entre Cachoeiro e a Vila Itapemirim, mas o sistema de estradas de rodagem, entretanto, estava longe de atender à demanda comercial da região: as estradas eram muito estreitas e ofereciam grandes riscos aos viajantes, fosse pelo perigo de assaltos ou pela possibilidade de ataques indígenas.

No período da História da cana-de-açúcar, Cachoeiro nunca passou de povoado. Somente a partir de 1850, quando as fazendas de café⁸ prosperaram em todo o vale do Itapemirim, houve um crescimento, o que transformou a região em centro econômico, político e cultural do Espírito Santo. Vale ressaltar que, em fevereiro de 1860, em visita à Vila Itapemirim, D. Pedro II alojou-se numa casa pertencente ao capitão José Tavares de Brum, sogro do barão. Há quem diga, no entanto, que o imperador teria ficado na Fazenda Areia, pertencente ao comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, o que teria causado profundo desgosto ao Barão, pois tanto a família Silva Lima quanto a Bittencourt, que lideravam, respectivamente, os Partidos Conservador e Liberal, teriam feito ingentes esforços para alojar sua Majestade Imperial (ANDRADE, 1976). Sabe-se que a visita do Imperador a essas terras se deu de fato e que é cercada de contos. A Vila

⁶ O serviço de navegação a vapor do Itapemirim passou a peça vital de um sistema de “transporte integrado” para escoamento da produção das fazendas de Cachoeiro de Itapemirim, Guacuí, Alegre e Castelo, entre outras localidades, antes do advento da Estrada de Ferro Caravelas (BITTENCOURT, 1987).

⁷ Em *Memórias de Cachoeiro*, de Marco Antônio de Carvalho (2006), encontra-se um misto de entrevistas com personalidades cachoeirenses, pessoas que fizeram história neste chão. Ao se ler a obra, é possível entender a formação social, política e histórica de Cachoeiro sob a perspectiva de várias pessoas.

⁸ É preciso destacar que, dos trinta e um municípios em que se dividia o Estado, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares contavam com o maior número de estabelecimentos rurais: 1920 e 1732, respectivamente. A cultura principal do Estado era o café: 114.583.853 pés (OLIVEIRA, 2008).

Itapemirim seguiu seu curso normal, sem alterar sua realidade social com a visita do imperador.

Já em 1870, a rede de transportes apresentava-se em completa deficiência para subsidiar o crescimento agrícola que a província experimentava. A inexistência de estradas de rodagem tornava o rio Itapemirim a principal via de penetração e logística da região. Nesse período, usavam-se as tropas de bestas e cavalos nos limitados caminhos que existiam. O rio continuou como a melhor opção até 1876, quando o dentista e fotógrafo Carlos Deslandes, vindo do Paraná, instalou uma linha de navegação a vapor em Cachoeiro e Barra de Itapemirim. Mais tarde, a navegação a vapor pelo Itapemirim até a Barra tornou possível a conexão com o Porto do Rio de Janeiro, o que foi um fator positivo a favor do progresso para essa região, que se tornava a maior área de produção de café do Estado.

Posteriormente, a importância econômica do café para Cachoeiro foi muito significativa, de modo que, em fins do século XIX, propiciou a extensão até Cachoeiro, em 1903, da Estrada de Ferro Leopoldina (FIGURA 3 e 4), na época estabelecida em Santo Eduardo no Rio de Janeiro. Nesse período, a pequena produção difundida no Espírito Santo, na crise do trabalho compulsório, com o incremento da imigração européia e que estruturou a economia estadual, tinha como característica a mobilidade no território. O café era cultivado sem técnica de manejo adequada, sem obedecer às curvas de nível do terreno, sem uso de fertilizantes, de mudas selecionadas, utilizando-se da fertilidade natural do solo. Resultado: em pouco tempo, o cafezal ficava velho e improdutivo, e o solo, exaurido.



FIGURA 2: estação ferroviária de Cachoeiro, provavelmente em 1910. Foto cedida por Gladstone Rubim.

Ao entrar na segunda metade do século XIX, Cachoeiro já congregava, aproximadamente, sete mil habitantes em toda a sua jurisdição. A cidade crescia vertiginosamente e, em 1887, foi inaugurado o sistema de iluminação pública a querosene, que durou até o início do século XX, quando foi substituído por energia elétrica. Cachoeiro de Itapemirim foi a primeira cidade do Espírito Santo iluminada com luz elétrica, sendo, talvez, a terceira do Brasil, só havendo antes dela Campos dos Goytacazes e Juiz de Fora.



FIGURA 3: Estação ferroviária de Cachoeiro restaurada em 01-01-2006. Foto; Marcos A. Faria.

No mesmo ano, foi inaugurada em Cachoeiro a ponte municipal (FIGURAS 4 e 5) e eliminado de vez o transporte de canoas para a travessia do rio:

A ponte para a travessia do rio constituía uma antiga preocupação dos moradores do lugar, bem como das autoridades, sendo que o presidente da Província era informado, em 1868, pelo Vigário Manoel Leite Sampaio Melo, da urgente necessidade da construção de uma ponte à altura da freguesia de “São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim”. A resistência de certos fazendeiros em contribuir para a construção da magna obra era um sério empecilho para a realização do almejado projeto (...) as estruturas metálicas foram trazidas da Alemanha, e o encarregado das obras era o Tenente Coronel Ildfonso da Silveira Viana, sendo que as verbas necessárias haviam sido arrecadadas em Cachoeiro, pelo sistema de quotas (ANDRADE, 1976).

Segundo Newton Braga (1986), antes de a ponte ser franqueada gratuitamente ao público, o que ocorreu só em 1920, a Câmara a alugava, pelo prazo de um ano: instituía um administrador, que se encarregava da cobrança dos transportes de acordo com a tabela de preço previamente estabelecida:

Pessoa calçada: 60 réis; ida e volta: 100 réis. Gado vacum: 120 réis (mais de um, 100 réis cada). Aves tocadas ou conduzidas em jacás, caixões ou capoeiras: 20 réis. Carro de eixo fixo, carregado 1\$000. Carro de eixo fixo, vazio: 600 réis. Carro de eixo móvel, carregado: 1\$500. Vazio: 700 réis. Carroça de duas rodas, carregada: 500 réis. Vazia: 200 réis. Carrinho liteira ou tílburi de duas rodas: 500 réis. Carrocinha de pão: 500 réis. Pipa rolada cheia: 160 réis. Vazia: 80 réis. Café ou qualquer outro gênero quando não transportado nos veículos já mencionados, de cada 10 quilos ou litro ou fração dos mesmos: 10 réis (BRAGA, 1986).



FIGURA 4: Ponte sobre o rio Itapemirim. 1912. Foto disponível em <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site>> Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.



FIGURA 5: A mesma ponte sobre o Rio Itapemirim (Atual). Foto disponível em <[flickr.com/photos/8964541@N03/2973386402/](https://www.flickr.com/photos/8964541@N03/2973386402/)>.

Observando o crescimento da cidade, e seguindo um projeto apresentado à Assembléia em 1872 pelo jornalista e então deputado Basílio Daemon, Capitão Deslandes aventurou-se a construir a primeira estrada de ferro do Espírito Santo. Ele transferiu o contrato que tinha com o governo ao Visconde de Matozinhos, que se tornou o realizador do projeto. A obra foi inaugurada em 1887, fazendo o percurso entre Cachoeiro, Pombal (Rive) e Castelo.

Somente com o advento das ferrovias, incrementadas a partir do século XX, o transporte fluvial foi perdendo sua importância, até deixar de existir. O progresso, enfim, trouxe outras soluções de transporte para a demanda comercial da região. Foi em torno do rio Itapemirim que sobreviveu a economia de Cachoeiro até o limiar do século XX.

2.2. Cachoeiro de Itapemirim: história de desigualdades e desafios

Cachoeiro de Itapemirim é, na atualidade, uma cidade industrial com projeção nacional e internacional no segmento de rochas ornamentais, que começou a se desenvolver a partir dos anos 50 e 60 e cresceu nos anos 80. É o principal centro de referência no país na extração e na agregação de valor às rochas ornamentais. No contexto estadual, Cachoeiro destaca-se na produção de cimento, produtos de laticínios, confecções, calçados e nos serviços de transporte. Entretanto, apesar de situar-se em posição destacada no conjunto dos municípios e das regiões do

Estado, Cachoeiro e sua região de abrangência vêm diminuindo sua participação na produção da riqueza estadual (FIGURA 6).



FIGURA 6: O Pico do Itabira⁹. Foto disponível em <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site>> Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

A centralidade da produção cafeeicultora, presente na economia do município até a década de 50, motivou a criação da Viação Itapemirim, cuja expansão gerou um aglomerado de vinte e oito empresas, chegando mesmo a se tornar referência internacional no segmento de transportes. Calçados Itapuã é outro exemplo de êxito de empresa criada no “vácuo” da centralidade do café.

Entretanto, na década de 1960, dois fatores muito importantes se somaram e, desse modo, foram determinantes para que o Espírito Santo, como um todo, e Cachoeiro de Itapemirim, em particular, ganhassem o perfil que têm atualmente. O primeiro deles foi a crise agrícola, que teve seu auge na política nacional de erradicação dos cafezais; o segundo, a estratégia dos governos estadual e federal de concentrar na região metropolitana da grande Vitória, além de Aracruz e Anchieta, a implantação dos grandes projetos industriais (Porto de Tubarão, usinas da Vale, CST, Samarco e Aracruz Celulose). Tal estratégia, além de dar à região

⁹ Também conhecido como o Dedo de Deus, o Parque Natural Municipal do Itabira pode ser visto de qualquer parte da cidade. Foi criado em 1988, com o objetivo de resguardar a beleza natural de seus monumentos rochosos, conservar a vegetação natural da mata atlântica e as nascentes dos córregos Itabira e Urtiga. O Parque Municipal do Itabira, além de preservar o patrimônio natural, oferecerá à comunidade cachoeirense e aos visitantes alternativas de lazer junto à natureza, com visitas guiadas à trilha principal e à contemplação de seus recursos naturais, para melhor compreensão dos processos ecológicos e da importância de sua preservação. O Parque tem cerca de 163 hectares, em que se destaca a Pedra do Itabira, com 715 metros de altitude. Pode-se ter acesso ao Parque pela Rodovia 289, que liga Cachoeiro à BR 101 Sul, ou pela estrada vicinal não pavimentada, que parte do Bairro São Luiz Gonzaga e segue para a localidade de Itabira.

metropolitana um grande peso econômico, político e populacional, gerou um grande esvaziamento em todas as regiões do interior do Estado.

2.2.1. Políticas habitacionais em Cachoeiro de Itapemirim

Em Cachoeiro de Itapemirim, há uma grande concentração urbana, enquanto na zona rural se percebe o inverso. Segundo Ribeiro (2003), essa concentração urbana, acentuada pelo êxodo rural, ocasionou vários problemas urbanos: o desemprego e a falta de moradia, por exemplo. Devido a isso, ocorre um crescimento horizontal da cidade, ou seja, cresce a periferia, formando, em alguns pontos, as temíveis favelas.

Como no restante do país, Cachoeiro de Itapemirim cresceu desordenadamente e sem planejamento, gerando, por causa disso, enorme contingente de pessoas humildes suplicando emprego, moradia, alimentação, infraestrutura. Essa situação não tem mobilizado as autoridades políticas do local, que oferecem simplesmente métodos paliativos e passageiros a essas situações.

Criaram-se, em Cachoeiro de Itapemirim, alguns projetos sociais que atenuaram o crescimento desordenado, tais como: Projeto Morar Melhor (Ação Urbanização), Casa Popular (Programa Habitar Brasil) e Projeto Cachoeiro mais bonita, povo mais feliz, que não responderam à demanda, não impediram que invasões acontecessem e que o número de pessoas a buscar os lugares mais pobres aumentasse.

Em seus estudos, Ribeiro (2003) mostra que os municípios carregam grande responsabilidade quanto à identificação de problemas habitacionais, sociais e que, para tanto, precisam estar em sintonia com as esferas estadual e federal, para conseguirem verbas e mecanismos que viabilizem seus projetos. Quanto à política de Cachoeiro, há esforço para se tentar diminuir o déficit habitacional e suas conseqüências, por meio de programas de doações de lotes, de plantas de casa com extensão de até 50 metros quadrados, reformas e reparos em moradias com risco de desabamento e até mesmo a remoção das famílias para lugares seguros.

É preciso ressaltar que outra iniciativa do poder público local foi a construção de casas populares em diversos bairros periféricos da cidade, juntamente com a

criação de projetos sociais visando à qualidade de vida das famílias atendidas. No entanto, o problema tem crescido. Quando se pensa na segregação de espaço físico em Cachoeiro de Itapemirim, vão-se formando na paisagem visual da cidade amontoados de casas que lembram as grandes favelas brasileiras.

2.2.2. Saneamento básico: Cachoeiro de Itapemirim como modelo nacional

No Brasil, a falta de saneamento causa 65% das internações de crianças com menos de dez anos e a morte de vinte crianças por dia. Para cada um real investido em saneamento, quatro seriam economizados com medicina curativa (COSTA, 2005).

Segundo dados da CITÁGUA (hoje FOZ DO BRASIL), a Estação de Tratamento de Esgotos tem capacidade para atender ao município até 2030. O sistema utilizado pela estação imita os processos da natureza, em escala industrial. Esse sistema dispensa a utilização de produtos químicos e garante um alto nível de qualidade ambiental. O tratamento retira 90% da carga orgânica, altamente poluente, devolvendo a água para o rio em condições adequadas, permitindo que ela volte a abrigar peixes e outras formas de vida e seja até mesmo utilizada para banho (COSTA, 2005).

O saneamento é um desafio em Cachoeiro. A topografia acidentada gera a necessidade de bombear a água para as partes mais altas da cidade. Com o péssimo estado das unidades operacionais e a concepção de engenharia do sistema de distribuição equivocada, os custos de energia para esse bombeamento eram significativamente altos. Por causa disso, o índice de perdas chegava a 56% e gerava falta de água em diversos pontos (COSTA, 2005).

Atualmente, o índice de perda está em 36%, bem mais baixo que a média nacional de 45%, e o índice de hidrometração na cidade é de 99%. O tratamento de esgoto na cidade é uma realidade: 91,36% do esgoto produzido na cidade é devidamente coletado e boa parte, tratada.

É preciso afirmar que a qualidade do investimento no sistema de água e esgoto de Cachoeiro de Itapemirim é um diferencial da cidade diante de tantos desafios sociais. A busca por essa qualidade começou em 1997, quando o município decidiu inovar e estabeleceu uma parceria público-privada, determinando as regras para a concessão dos serviços de saneamento básico.

Antecipando-se aos prazos estabelecidos no contrato de concessão, a empresa Citágua fez de Cachoeiro de Itapemirim a primeira cidade do Espírito Santo, e uma das poucas do Brasil, a ter esgoto tratado para toda a área urbana, o que tornou possível passear pela Avenida Beira Rio, de onde, antes, era exalado um fétido odor e de onde se viam as águas do Itapemirim contaminadas. Ainda há muito o que se fazer: conscientizar a população a não lançar esgoto e lixo nas águas e resolver a problemática de outros afluentes, que passam por bairros pobres que ainda lançam esgoto no rio Itapemirim.

2.2.3. Cachoeiro de Itapemirim e suas pedras: projeção em âmbito nacional e internacional

São muitas as versões sobre a origem do nome da cidade de Cachoeiro de Itapemirim: “A segunda versão afirma que a palavra tupi-guarani, Itapemirim, é formada de Itapé, lajedo, mirim, pequeno. Cachoeiro de Itapemirim seria interpretado como muitas cachoeiras de pequenos lajedos” (COSTA, 1991).

Talvez venha daí a aproximação entre Cachoeiro e as pedras, que, posteriormente, foram descobertas como verdadeiras “jazidas de ouro”. Segundo Costa (1991), foram os portugueses os pioneiros na arte do beneficiamento do mármore na região sul do Espírito Santo. A entrada do beneficiamento em Cachoeiro deveu-se a Joaquim Bernardino e seus filhos Joaquim Bernardino Filho e Eduardo Bernardino Brito, portugueses aqui chegados em 1920.

A primeira marmoraria de Cachoeiro, “Marmoraria do Sul”, ficava localizada na rua 25 de março e data de 1930. Cachoeiro, por sua localização, foi um município privilegiado, dando, com isso, grande impulso na área industrial: serrarias de madeira e fabricação de cal, tijolos, telhas e móveis.

Encontram-se relatos acerca de alguns mineradores da década de 1950 que trabalhavam em pedreiras, quer no gerenciamento, quer na própria exploração do minério, quer na extração. Como operários, merecem, pelo pioneirismo que enfrentaram, destaque na obra de Costa (1991): o Sr. Casimiro Costa, Sr. Contepelle, Sr. Benjamin Zampirolli, Nelson Quinelato e Ricardo Guidi. Descobriu-se que Cachoeiro tinha a matéria-prima. A extração progredia a passos largos, os blocos da região eram transportados diariamente para o Rio de Janeiro e São Paulo. Começou-se então a pensar na ideia de deixar no próprio município a riqueza produzida para que ela gerasse renda para a cidade.

As serrarias de mármore empregaram muitos trabalhadores, que se viram prejudicados em decorrência erradicação do café e do êxodo rural, conforme se constata:

Foi assim que o homem do campo sem trabalho, mal remunerado, sem assistência médica, odontológica e educacional, precisava de algo mais, que lhe desse condições humanas de sobrevivência. Somente a extração mineral seria pouco para tantos que estavam sem emprego, visando também o lado social da população de baixa renda, as serrarias seriam mais uma opção de trabalho¹⁰ (COSTA, 1991).

¹⁰ A maioria dessas empresas está longe do ideal de qualidade de vida para os trabalhadores, principalmente na fase mais bruta do trabalho, a extração das pedras: seu manejo ainda dizima muitas famílias em vários pontos da cidade. Itaoca Pedra, distrito de Cachoeiro, é conhecido como o local das viúvas devido ao círculo vicioso que ali se instaurou da perda de pais de famílias nesse trabalho e de seus filhos, situação que já deu origem a muitos estudos. Segundo Moulin, Minayo-Gomes (2008), a vivência das famílias face aos acidentes de trabalho incapacitantes e fatais evidenciam os problemas e as contradições existentes, tanto no processo de produção como de reprodução. As famílias criticam o processo de trabalho na extração de mármore e, ao mesmo tempo, orgulham-se de aí operarem. Reconhecem a exploração que sofrem, mas se resignam e encaminham seus filhos para o mesmo tipo de atividade. Resignam-se e servem-se da resignação como forma de resistência e superação da dor. As viúvas abominam os patrões por não terem sido tratadas como parte de sua família e os respeitam porque é deles que esperam o emprego do qual tiram o sustento. A mulher, englobada pela figura do homem provedor, não o substitui, quando viúva. Sua tarefa reside nos valores ligados à casa, aos cuidados cotidianos e à função de manter a família ainda mais unida. Por isso, é tão importante obter os direitos ao seguro e à pensão. O discurso do heroísmo, tanto em vida, enfrentando os perigos, quanto na morte digna e honrada revela alguns dos caminhos tortuosos pelos quais os valores e a cultura dessa população contribuem para uma noção fatalista, tanto do processo do trabalho quanto da aceitação resignada de grande número de acidentes ali ocorridos. Faz parte desse contexto a crença no suporte religioso para a vida cotidiana e para os desafios promovidos pelos acidentes fatais. Apesar da fé, da solidariedade e do apoio sindical, a vida das viúvas de Itaóca é marcada pelo sofrimento, pelo silêncio. O re-ordenamento da vida cotidiana, tangida a partir da tragédia, lhes exige um novo olhar para o mundo. E seria muito importante que pudessem contribuir para uma melhor gestão dos riscos, voltada para a vida e não para a morte. A mudança nas relações e nas condições de trabalho dependerá cada vez mais do movimento dos trabalhadores e das pressões externas. Para a família dos acidentados, urge que os efeitos sociais do acidente fatal no setor de rochas se tornem uma questão importante para os

Por volta de 1967, poucos empresários se aventuravam no campo da mineração, investindo na criação de serrarias de mármore. Além dos problemas relacionados à segurança e à exploração do trabalho humano, o setor econômico passava por uma séria crise: faltava tecnologia, e o mercado consumidor interno era pequeno. Havia pouco incentivo à exportação e ausência de financiamentos. Segundo Costa (1991), somente o Banco do Brasil dava apoio às empresas que se aventuravam nesse setor. Atualmente, as empresas de mármore e granito contam com mais incentivos e, anualmente, realiza-se a Feira Internacional do Mármore e Granito, conhecida, em 2009, como *Cachoeiro Stone Fair Brasil*¹¹, que movimentou a riqueza local.

Hoje, as empresas de mármore e granito são encontradas por toda a cidade e geram riqueza centralizada na mão de poucos, uma vez que ainda impera a desigualdade social, principalmente para aqueles que trabalham na extração e no beneficiamento dessas pedras. Para minimizar tais desigualdades, muito ainda precisa ser feito no sentido de melhorar as condições de trabalho dos produtores dessa riqueza.

2.3. Desigualdades sociais em Cachoeiro de Itapemirim

poderes públicos, que têm por obrigação proteger a vida humana. E, sobretudo, é preciso que o conjunto de atores – empresários, trabalhadores, familiares, sindicato e instâncias públicas – avance de modo que o acidente de trabalho fatal ou mutilante seja uma absoluta exceção ou real fatalidade.

¹¹ A idéia dessa feira é movimentar a economia local. Ela é voltada para profissionais ligados ao segmento de rochas ornamentais. No mesmo evento, reúnem-se decoradores, arquitetos, engenheiros, construtores, beneficiadores, mineradores, marmoristas, distribuidores, fornecedores, compradores, prestadores de serviços, importadores e exportadores da indústria de beneficiamento de rochas e extração de mármore e granito. Na edição de 2009, novos mercados vieram para suprir a crise no mercado americano. Empresários do leste europeu, América Latina, Ásia e Golfo Pérsico marcaram presença no evento que também contou com maior participação do mercado interno. Os empresários expositores comentam que, nessa edição, havia um número maior de clientes potenciais. A Feira contou com expositores e visitantes de, aproximadamente, 50 países, entre eles Itália, China, Egito, Turquia, Portugal, Alemanha, Peru, Argentina, Polônia, Espanha, Índia, França e Estados Unidos, produtores e comercializadores de blocos, chapas e produtos acabados, além de máquinas, equipamentos e insumos de interesse setorial. O evento teve também uma expressiva representatividade do mercado brasileiro, reunindo, entre outros, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Pará, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim, juntamente com outros 14 municípios da região sul do Espírito Santo que compõem o Arranjo Produtivo Local (APL) de rochas ornamentais, destaca-se como o maior pólo de beneficiamento de rochas das Américas. A região, que concentra as maiores jazidas de mármore do Brasil, abriga grandes, médias e pequenas empresas processadoras de rochas, integrando várias cadeias produtivas, com destaque para a indústria de insumos, máquinas e equipamentos. Além disso, também agrega atividades de pesquisa, desenvolvimento, qualificação profissional, logística e tecnologia da informação, entre outras.

Segundo dados do IBGE (2007), o município de Cachoeiro de Itapemirim é parte da Microrregião Pólo Cachoeiro que, juntamente com a Microrregião Caparaó, compõe a Macrorregião Sul do Estado e tem uma população aproximada de 195.288 habitantes.

Um fato interessante em Cachoeiro de Itapemirim diz respeito à formação de seu povo, raça e etnia, uma mistura de negros¹² e brancos. A região, assim como outras no Brasil, teve seu marco histórico selado pela escravidão. Sobre a forte presença dos negros nessa terra, encontram-se comunidades quilombolas que sobreviveram à “Era do Café” e que demonstram as origens e as misturas do povo dessa terra, como a comunidade de Monte Alegre, a 37 quilômetros do município-sede, Cachoeiro de Itapemirim. É uma comunidade rural, distando 10 quilômetros da rodovia ES 482, no sentido Cachoeiro de Itapemirim x Alegre. Sua formação se deu por volta de 1888, intensificando-se com a Abolição da Escravatura. A liberdade, entretanto, foi limitada devido à falta de recursos para garantir o sustento das famílias então formadas. Tal situação levou os pioneiros da comunidade a sucessivos momentos de aquisição e perda de seus meios de subsistência, terras e benfeitorias.

Atualmente, a comunidade é formada por 130 famílias, totalizando 560 moradores, dos quais 450 são descendentes diretos de escravos. Essas famílias vivem da agricultura de subsistência. A maioria das pessoas trabalha como diarista ou meeiro nas fazendas da região, com uma renda mensal média de um salário mínimo,

¹² Segundo Almada (1984), confirmando a argumentação de Robert Conrad, Thomas Merick e Douglas Graham, entre outros, constata-se, então, uma crescente concentração de escravos nas regiões cafeeiras do Espírito Santo, uma vez que, no período de 1856 a 1872, as taxas de crescimento médio anual das populações escravas na região do Itapemirim e do município de Cachoeiro foram, respectivamente, de 6,3% e de 9,7%. Tal crescimento se torna mais expressivo quando comparado com o de 1,42% apresentado pelo total da população brasileira no período de 1840 a 1870 (...) a região de Itapemirim e, nela, o município de Cachoeiro conseguiram taxas surpreendentes de crescimento médio anual, ou seja, 0,3% e 3,3% respectivamente. Almada (1984) relata que foram poucos os fazendeiros do Espírito Santo que, mesmo após 1888, tinham a solvência financeira de que fala Conrad para arcar com as despesas do trabalho assalariado. Isso nos leva a crer que também nesta província a população pobre formada de ex-escravos, libertos e imigrantes europeus foi, em sua maioria, absorvida como mão-de-obra em relações de trabalho como arrendamento, meação e colonato que, conforme destaca José de Souza Martins, não podem ser considerados relações de produção capitalistas, além do que, como nos adverte Peter Eisenberg, poucas mudanças estruturais trouxeram.

A comunidade enfrenta dificuldades de toda ordem: não existe saneamento básico; a água é captada em poços artesianos e os esgotos despejados em fossas; não há telefonia; o acesso é prejudicado devido às condições precárias das estradas; há apenas uma escola de ensino fundamental; a coleta de lixo é semanal e são raros os programas ou ações públicas voltados à geração de emprego e renda. Essa situação ganhou novas perspectivas depois da criação da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo de Monte Alegre (Acreqma), que vem buscando estratégias para a manutenção da identidade cultural da comunidade. Sua principal conquista foi o reconhecimento e a certificação pela Fundação Cultural Palmares, em 2004, como uma das primeiras comunidades do gênero no Espírito Santo (CORREA, COSTA E BALBINO; 2007).

Um estudo da população de Cachoeiro de Itapemirim, realizado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), em julho de 1998, abrangendo os fluxos migratórios, constatou que a Região Sul vem apresentando, a partir das décadas de 70 e 80, características de uma região expulsora de população para outras regiões do estado.

Segundo dados da ONU e do Atlas de Desenvolvimento Humano, com referência em valores até 2000, Cachoeiro de Itapemirim obteve um IDH¹³ de 0.770, ficando com a décima segunda posição entre os municípios capixabas. Outro dado relevante é que Cachoeiro tem IDH superior aos índices médios do Espírito Santo e do Brasil. Entretanto, deve-se ressaltar que, em 1970, 1980 e 1991, Cachoeiro de Itapemirim tinha o terceiro maior IDH dentre os municípios do Estado, caindo para décima segunda posição em 2000.

Na estimativa da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sul do Espírito Santo (2005), se Cachoeiro de Itapemirim mantivesse, desde 2000, a mesma taxa de crescimento do IDH observada no período 1991-2000, ou seja, 8,45%, levaria 18,9 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH do Brasil (0,919), e 11,3 anos para alcançar Vitória, o município com o melhor IDH do Espírito Santo (0,856).

¹³ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – medida comparativa para classificar países e municípios pelo seu grau de desenvolvimento humano. Expectativa de vida ao nascer (longevidade), educação, PIB *per capita* (renda). Quanto melhor o desenvolvimento do município, mais próximo da nota 1.

Alguns dos principais problemas da cidade foram explicitados no “Plano Estratégico de Cachoeiro de Itapemirim 2004 - 2020”, de 2004. Ainda que seja um “Plano Diretor” de viés tradicional, pois pretende estabelecer metas para um período de 16 anos (2004 - 2020), esse documento realiza uma síntese dos desafios atuais da cidade:

- I. Perda de competitividade de Cachoeiro de Itapemirim em relação: a alguns municípios do norte do Rio de Janeiro, tais como Campos dos Goytacazes e Itaperuna (tratamento tributário privilegiado, receitas com *royalties* de petróleo, incentivos fiscais etc.); a municípios da região metropolitana da grande Vitória, que oferecem melhor infraestrutura e logística; a municípios do norte do Espírito Santo, em decorrência dos incentivos da SUDENE.
- II. Baixa capacidade de atração de investimentos.
- III. Crise da agricultura e da pecuária.
- IV. Esgotamento do solo com grande devastação ambiental.
- V. Falta de uma solução adequada para os resíduos industriais.
- VI. Estagnação do comércio por causa das crises na agropecuária, tanto de Cachoeiro quanto dos municípios do entorno, bem como da concorrência de outros centros comerciais de municípios vizinhos.
- VII. Perda de parte da competitividade do setor de serviços, principalmente de educação, para a região metropolitana da grande Vitória e para Campos dos Goytacazes/RJ.
- VIII. Crescimento urbano desordenado, com ocupação das margens dos rios e ocupação inadequada das encostas dos morros.
- IX. Inexistência de código de posturas para regular o uso dos espaços urbanos, tais como calçadas e praças públicas, bem como para regulamentar o uso de placas comerciais, placas de sinalização etc.
- X. Inexistência de Plano de Arborização, objetivando o embelezamento da cidade e a proteção de encostas de morros e da margem dos rios.

- XI. Sistema viário pouco eficaz, constituído por ruas estreitas e sinuosas.
- XII. A maioria dos jovens não tem acesso ao ensino médio profissionalizante e ao ensino superior.
- XIII. Falta atendimento adequado de urgência/emergência e hospitalar.
- XIV. Grande contingente de famílias com renda média mensal *per capita* abaixo da linha de pobreza (menos de meio salário mínimo/mês por pessoa).
- XV. Poder público local ainda com baixa capacidade de articulação das organizações comunitárias, empresariais, religiosas, em prol de um projeto de desenvolvimento sustentável para Cachoeiro e região devido ao alto índice de clientelismo.

A infraestrutura logística de Cachoeiro de Itapemirim, que já foi um diferencial positivo no passado, mostra-se, hoje, pouco adequada. A BR101 está sobrecarregada, as rodovias intermunicipais que conectam Cachoeiro aos demais municípios do sul do Estado estão em mau estado de conservação e a ferrovia FCA (Ferrovia Centro Atlântica – antiga Leopoldina) está praticamente desativada. Isso tem feito parte das empresas de Cachoeiro de Itapemirim deslocarem suas atividades para regiões atrativas. Nesse contexto, não é difícil encontrar em Cachoeiro de Itapemirim pessoas afirmarem que a cidade é o lugar do “já teve”, do “já foi”.

Cachoeiro de Itapemirim é uma cidade construída sobre vales e morros. É característica da cidade que os bairros tenham adicionado a seus nomes o adjetivo “alto” ou “baixo”. Assim, quando se menciona tal bairro, sabe-se que ele fica no ponto alto ou baixo do local. A aparência da cidade é prejudicada por causa disso, dando a impressão, para quem chega a ela pela primeira vez, que alguns pontos lembram a estrutura de algumas favelas de grandes cidades brasileiras, embora as condições econômicas do local possam ser outras. Não há, em Cachoeiro, incentivo à boa representação das moradias. Por isso, a maioria está sempre em fase de acabamento. Segundo os cartórios da cidade, mais de 50% dos imóveis não têm o registro correto de terrenos e casas, o que comprova o crescimento desordenado na cidade.

Em Cachoeiro, a desigualdade social tem pontos específicos. Os bairros de casas populares, como BNH e Aeroporto, já foram carentes. Entretanto, atualmente, têm excelente infraestrutura e se destacam como bairros bons. A população carente se concentra em alguns pontos da periferia de Cachoeiro: Alto Village, Alto Zumbi, Nossa Senhora Aparecida, Valão, Gilson Carone, Alto Bela Vista, Monte Belo, Vilage da Luz, Fé e Raça e Bom Pastor, por exemplo. Trata-se de locais acidentados e onde faltam ainda saneamento básico adequado, pavimentação de ruas e que apresentam alto índice de violência. Uma característica peculiar desses bairros é a existência de pontos onde há uma infraestrutura melhor, porque formada por moradores mais antigos, e uma bem carente, porque composta por pessoas oriundas de diversos locais (ADESE, 2005 & IBGE, 2007).

Os bairros nobres da cidade se destacam pelos altos edifícios e mansões, construídos sobre os morros de Cachoeiro de Itapemirim. Esses bairros, Gilberto Machado, Maria Ortiz, Independência, Santo Antônio, Recanto, Gilberto Machado, Centro, Sumaré, entre outros, estão todos localizados na margem central da cidade, onde se concentram lojas, apartamentos, consultórios médicos em suas diversas especialidades, com espaços para lazer, bom policiamento e vigilâncias particulares.

2.4. A evolução cultural em Cachoeiro de Itapemirim

2.4.1. Educação ontem e hoje

Cachoeiro de Itapemirim já foi destaque na educação com colégios famosos, entre eles o ainda Liceu Muniz Freire e o Colégio Pedro Palácios. Ambos receberam alunos e professores de destaque nacional: por lá passaram personalidades importantes como Rubem Braga, Nilo Neves, Deusdedit Baptista, Gil Gonçalves, Wilson Rezende, Newton Braga e muitos outros. No campo da educação, tiveram destaques presenças femininas que alavancaram e trouxeram as transformações da educação para Cachoeiro:

Dos antigos mestres, os três cujos nomes estão mais vivos na lembrança agradecida de nosso povo são: Dona Joana Paula das Dores, Quintiliano Fernandes de Azevedo e Dona Graça Guardia. D. Joana chegou a

Cachoeiro com vinte e seis anos de idade. Inteligente e empreendedora, manteve por muitos anos um internato para meninas, cujo prestígio era absoluto em todo o sul do Estado. Sua escola era localizada na rua que tem, atualmente, como homenagem muito justa, o nome da grande educadora, falecida em 1907. D. Graça Guardia que, como Quintiliano de Azevedo, tem seu nome ligado a um dos Grupos Escolares da cidade, dirigiu, durante anos, um internato feminino no prédio ainda existente à margem do córrego Amarelo, próximo à rua 25 de Março, o Colégio Nossa Senhora da Penha, que funcionou sob sua esclarecida orientação até 1916 (BRAGA, 1986).

Atualmente, os indicadores evidenciam que houve uma melhoria geral na educação de Cachoeiro de Itapemirim em todas as faixas de idade. Porém, se se considerar que o ideal é os jovens concluírem pelo menos a educação básica, da educação infantil até o ensino médio, vê-se que a educação em Cachoeiro de Itapemirim ainda tem muito que progredir. Na faixa de 18 a 24 anos, em 2000, quase 40%, ou seja, quatro em cada grupo de dez, tinham menos de oito anos de estudo. Sequer concluíram o ensino fundamental, que vai do 1º ao 9º ano. No Estado, esses números são ainda piores: quase 43% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL- ONU 2002).

Cachoeiro conta, atualmente, com um centro universitário, que é o Centro Universitário São Camilo ES, e mais cinco outras faculdades: Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim, Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, Faculdade Teológica do ES, Faculdade do ES (UNES), Faculdade de Tecnologia de Cachoeiro de Itapemirim e o Instituto de Ensino Superior do ES (CEFET). Uma característica dessas instituições é que seus alunos são oriundos de cidades da redondeza que fomentam a educação local. Os que têm acesso ao ensino superior comumente, depois de formados, deixam a cidade em busca de oportunidades em sua área de atuação.

2.4.2. A projeção artística do município

Culturalmente, Cachoeiro de Itapemirim já foi conhecida como “celeiro de personalidades” que se destacaram principalmente na música e na literatura (FIGURAS 8 e 9). Rubem Braga foi um dos artistas mais conhecidos e de maior

destaque de Cachoeiro¹⁴. Em suas crônicas e andanças pelo Brasil e pelo mundo, Rubem Braga sempre falou muito bem de sua terra natal, principalmente com nostalgia da sua infância. Infelizmente, ele nem sempre é lembrado.



FIGURA 7: Casa dos Bragas. Foto disponível em <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site>> Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Cachoeiro de Itapemirim projetou grandes nomes da música nacional. Raul Sampaio, com seu samba bem construído, perfilava na última geração genuína dos seresteiros e foi integrante do Trio de Ouro, importante nas décadas de 40 e 50. Bastante lembrado pela população, apesar de ter ficado mais de 14 anos sem voltar a Cachoeiro, Roberto Carlos estourou com o *rock* e o *soul* abrasileirados e de qualidade, numa época em que esses gêneros não eram nem identificados.



FIGURA 8: Casa¹⁵ do Roberto Carlos. Foto disponível em <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site>> Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

¹⁴ Por causa disto, há uma curiosa história que circula de ‘boca em boca’ em Cachoeiro: diz-se que, em uma mesa de bar com Vinicius de Moraes e outros ilustres do Rio de Janeiro, Rubem Braga teria feito menção a sua cidade do coração. No entanto, como nem todos sabiam onde ela ficava, Vinicius de Moraes, em um tom de brincadeira, teria se referido a Cachoeiro de Itapemirim como a “Capital Secreta do Mundo”, modo carinhoso de o cachoeirense se referir a sua cidade (ADESE, 2005).

Personalidades femininas também marcaram a história cachoeirense bem antes de Raul Sampaio e Roberto Carlos. Luz Del Fuego¹⁶, pouco lembrada pela sociedade machista e preconceituosa, era uma bailarina e vedete despojada, de engajamento ambientalista e feminista, dotada de uma personalidade que se impôs num tempo moralista, com sua nudez e a indefectível jibóia. Foi destaque nacional (ADESE, 2005).

¹⁵ Hoje é a Casa de Cultura Roberto Carlos, localizada na rua João Madureira De Deus, no centro da cidade. É a casa onde nasceu e viveu até os 13 anos Roberto Carlos Braga com seus pais, Laura e Robertino, e seus irmãos Norma, Carlos Alberto e Lauro. A casa foi adquirida pela Prefeitura e por ela restaurada para valorizar sua arquitetura original. Tem fotos, discos, quadros, instrumentos musicais, enfim, a história de um rei que o Brasil todo conhece. A Casa de Cultura Roberto Carlos recebe milhares de fãs, curiosos e admiradores de um rei cachoeirense, que o mundo todo reconhece em Roberto Carlos. Conta também, em seu pavimento superior, com o Cantinho do Artesão, sede da Associação dos Artesãos de Cachoeiro de Itapemirim, onde são oferecidos diversos produtos artesanais em pedras, contas, madeiras, tecidos, além de doces, pães caseiros e compotas.

¹⁶ Aos 21 de fevereiro de 1917, nasceu Dora Vivacqua em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. Era madrugada de uma segunda-feira de carnaval. Dora foi a décima quinta filha de Etelvina e Antônio Vivacqua. Tinha adoração pela irmã Mariquinhas Vivacqua (“queria que ela fosse sua mãe”), musa de Carlos Drummond de Andrade. Dia 29 de agosto de 1932, Antônio Vivacqua, pai de Dora, é assassinado em Cachoeiro do Itapemirim por pessoas que, dias antes, ele havia despejado de um dos seus inúmeros terrenos. Rubem Braga e seu irmão, Newton Braga, foram os primeiros a chegar ao local do crime. Dora estava com quinze anos e se sentia sufocada na pequena Cachoeiro. Nem mesmo Vitória Ihe era conveniente. Queria ir para o Rio de Janeiro. Abominava o uso do sutiã. Desfilava pela praia de Marataízes de calcinha e bustiê improvisado com lenços quando o biquíni ainda estava longe de constar do vocabulário nacional. Com a morte de Antônio, Etelvina volta para Belo Horizonte. Dora também, mas logo em seguida vai para o Rio, então capital federal, sob a tutela de seu irmão Atílio. O movimento feminista brasileiro deve muito a essa mulher de garra que, na década de 1950, já lutava pela liberdade feminina. Uma de suas frases era muito conhecida e repetida: "Daqui a 50 anos serei lembrada", talvez porque, já naquele tempo, conhecesse as propriedades medicinais da helioterapia e eeroterapia. Luz del Fuego, nome artístico de Dora Vivacqua, foi assassinada no Rio de Janeiro em 19 de julho de 1967. Teve sua vida levada para o cinema em um filme estrelado por Lucélia Santos, que, no entanto, não retrata nem de perto o que foi a vida dessa lutadora. (Fonte: Livro *Luz del Fuego - A Bailarina do Povo*, de Cristina Agostinho).

CAPÍTULO 3

3- Comparando a cultura política das lideranças cachoeirenses com a de outras cidades: análise de instrumento diagnóstico, universo sociopolítico-cultural de uma liderança

Neste capítulo, apresentam-se os dados sobre o perfil das lideranças comunitárias vinculadas às Associações de Moradores da cidade de Cachoeiro de Itapemirim /ES considerando-se variáveis clássicas: associativismo, mobilização social, participação política, exposição à “mídia”, entre outras. A intenção da pesquisa foi examinar se existe, em Cachoeiro de Itapemirim, o que a literatura apresentada classifica como boa liderança e, conseqüentemente, mostrar o perfil e *habitus* em que se forma esse líder.

Partimos da hipótese de que o papel de liderança comunitária exige pessoas que apresentam cultura política superior à média da população. Para testar nossa hipótese, realizamos um *survey* representativo de nosso objeto de estudo e utilizamos como grupos de controle pesquisas similares recentes realizadas com a população de duas cidades médias, Campos dos Goytacazes e Macaé, ambas situadas no norte fluminense. Para tanto, foi aplicado um questionário com 49 questões (ANEXO 1), do qual foram extraídas as questões que nos permitiram traçar o perfil da liderança comunitária cachoeirense. Foram selecionados líderes de 53 Associações de Moradores em um universo de 156 Associações em funcionamento¹⁷, dentro de várias regionais divididas de acordo com a FAMMOPOCI (Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim). Esses questionários foram aplicados de outubro a dezembro de 2009.

Participaram da pesquisa os líderes das seguintes associações:

Regional 1 (Associações de Moradores dos Bairros Álvaro Tavares, Amarelo, Alto Amarelo, Paraíso, São Geraldo, Nossa Senhora da Glória, Monte Belo);

¹⁷ Para o universo de líderes de 156 Associações de Moradores, com 95% de confiança e 5% de margem de erro, a amostra seria de 49 líderes. Sendo nossa amostra de 53 líderes, encontramos-nos dentro do escopo de confiabilidade acima descrito. Para cálculo da amostra, ver anexo I (Siqueira Campos,2011).

Regional 2 (Associações de Moradores dos Bairros Amaral, Baiminas, Bela Vista, Coronel Borges, Costa e Silva, São Luiz Gonzaga e Associação Bem Viver);

Regional 3 (Associações de Moradores dos Bairros Ferroviários, Ibitiquara, Independência, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora Aparecida, Santa Cecília, Santa Helena);

Regional 4 (Associações de Moradores dos Bairros Abelardo Machado, Aquidaban, Fé e Raça, Novo Parque, Rubem Braga, Village da Luz, Pastor);

Regional 5 (Associações de Moradores dos Bairros Basiléia, Campo Leopoldina, Parque das Laranjeiras, São Francisco de Assis, Zumbi, Nova Brasília);

Regional 6 (Associações de Moradores dos Bairros Ilha da Luz, Maria Ortiz, Teixeira Leite, Valão);

Regional 7 (Associações de Moradores dos Bairros Gilson Carone, Waldir Furtado Amorim, Marbrasa, Aeroporto);

Regional 8 (Associações de Moradores dos Bairros Agostinho Simonato, Alto Monte Cristo, Baixo Monte Cristo, IBC, Jardim América, Jardim Itapemirim, São Lucas);

Regional 9 (Associações de Moradores dos Bairros Guandu, Recanto, Santo Antônio, Sumaré) (anexo 2) (FAMMPOCI, 2010).

Dos respondentes dos questionários, 98,2% eram líderes da associação e assumiram seus cargos por votação na associação; 1,8% era suplente da liderança que atual.

Das lideranças entrevistadas, 73,6% eram do sexo masculino e 26,4% do feminino (tabela 1). Embora predomine o gênero masculino, as associações lideradas por mulheres em Cachoeiro de Itapemirim têm grande destaque, como é o caso de D. Preta, no bairro Paraíso, que ficou conhecida por seu poder de mobilização política. Responsável por fomentar espaços e grupos de mulheres, o trabalho de Dona Preta se assemelha ao encontrado nos dizeres de Sader (1988), sobre os clubes de mães, onde estas constroem espaços sociais em que as motivações de seus membros tornam-se pontos de partida para um redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica (na medida em que

repensam seus papéis de “donas de casa”), quanto da vida social e política (na medida em que passam a pensar as carências de suas condições de vida como direitos que lhes estão sendo negados).

Tabela 1: Gênero das lideranças cachoeirenses

Gênero	Frequência	Percentual (%)
Feminino	14	26,4
Masculino	39	73,6
Total	53	100,0

Fonte: Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

A idade média das lideranças pesquisadas foi de 50,8 anos. Ao serem arguidas sobre a cor da pele, 60,4% declararam-se brancas, 22,6% pretas e 17% pardas (tabela 2).

Tabela 2: Cor em que as lideranças cachoeirenses se classificam

	Frequência	Percentual (%)
Branca	32	60,4
Parda	9	17,0
Preta	12	22,6
Total	53	100,0

Fonte: Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

A maioria da população de Cachoeiro de Itapemirim é majoritariamente branca, em virtude da influência da migração italiana e, em menor número, alemã. Entretanto, como se trata de autoclassificação, possivelmente a categoria “branca” esteja um pouco superestimada, devido a muitos “pardos” se sentirem “brancos”.

De forma geral, os dados indicam que as lideranças cachoeirenses têm nível elevado de escolaridade: 52,8% dos líderes da associação têm ensino médio completo, ensino superior ou pós-graduação. Por outro lado, menos de 2% têm escolaridade inferior à 4ª série do fundamental. (tabela 3).

Tabela 3: Grau de escolaridade das lideranças de Cachoeiro de Itapemirim-ES

	Frequência	Porcentual (%)	Porcentual acumulado (%)
3ª Série do fundamental ou menos	1	1,9	1,9
Completo a 4ª série do fundamental	6	11,3	13,2
Ensino fundamental incompleto	5	9,4	22,6
Ensino fundamental completo	5	9,4	32,1
Ensino médio incompleto	8	15,1	50,9
Ensino médio completo	10	18,9	66,0
Superior incompleto	6	11,3	77,4
Superior completo	5	9,4	79,2
Especialização	6	11,3	88,7
Mestrado	1	1,9	100,0
Total	53	100,0	

Fonte: Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

Esperávamos encontrar, em Cachoeiro de Itapemirim, um nível de escolaridade média das lideranças relativamente alto em relação à média da população das cidades médias, como ocorreu em pesquisas similares em outros centros urbanos (JUNIOR, RIBEIRO e AZEVEDO, 2004). Isso porque há uma correlação positiva entre escolaridade, cultura política e *habitus* mais sofisticados. Este último considerado como “um conjunto de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, com reflexo direto no papel do cidadão, sob condições capitalistas modernas” (Souza, 2003).

Entretanto, quando comparamos a “alta escolaridade” (superior incompleto, superior e pós-graduação) das lideranças comunitárias da cidade (35%) com a dos conselheiros municipais das grandes metrópoles, ela é bem inferior à de cidades como Rio de Janeiro (61%), São Paulo (66%), Belo Horizonte (43%) e Recife (42%). Supera somente Belém (31%). No extremo oposto, quando comparamos a “baixa escolaridade” (até o 1º grau completo), o percentual das lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim (32%) é maior que o das cinco grandes metrópoles citadas, sendo três vezes maior que a de São Paulo (10%). Em outras palavras, ainda que as lideranças comunitárias cachoeirenses sejam relativamente sofisticadas em termos educacionais, essa sofisticação se mostra menor que a encontrada entre

lideranças comunitárias das grandes metrópoles (JUNIOR, RIBEIRO e AZEVEDO, 2004, p. 30).

Parece possível afirmar que, tradicionalmente, prevalece no Brasil baixo grau de associativismo. Em fins da década de 1990, as pesquisas realizadas no país mostravam que apenas 27% das pessoas adultas de 18 anos ou mais, moradoras das regiões metropolitanas, encontravam-se filiadas a algum tipo de associação, seja religiosa, esportiva, cultural, reivindicativa, corporativa, social ou política, entre outras, como pode ser constatado no Suplemento da Pesquisa Mensal de Empregos (IBGE, 1996; Azevedo & Santos Junior & Ribeiro, 2004).

O nível de associativismo das lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim apresenta índices (1,75) acima tanto da média da população brasileira (0,52)¹⁸ como da dos habitantes de Campos dos Goytacazes (0,62) e de Macaé (0,74), ambas no Rio de Janeiro (tabela 4).

Tabela 4: índices de intensidade de associativismo por tipo de organização - Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ, e Cachoeiro de Itapemirim (lideranças comunitárias), ES – 2009 - 2010

Formas de associativismo	Campos dos* Goytacazes	Macaé*	Cachoeiro de Itapemirim**
Partido político	0,29	0,43	1,49
Sindicato, grêmio ou associação profissional	0,42	0,57	1,48
Igreja ou organismo religioso	1,87	1,88	2,65
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,63	0,74	1,38
Outra associação voluntária	0,53	0,83	1,74
Média	0,62 (a)	0,74 (a)	1,75 (b)
N	398	402	53

Fonte: *Pesquisa Núcleo do Observatório das Metrópoles, do Rio de Janeiro /UENF e UCAM/ Campos, RJ.

** Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

Escala: (3) participa ativamente; (2) pertence, mas não participa ativamente; (1) já pertenceu; (0) nunca pertenceu. Fonte: LESCE/UENF, 2010.

Valores com letra diferente na coluna mostraram-se diferentes significativamente pela análise de variância ($p < 0,001$) e *Tukey* ($p < 0,001$).

O maior percentual de associativismo das lideranças cachoeirenses comparado ao das populações das duas cidades que funcionam como grupos de controle - em todos os tipos de associativismos testados - deixa claro que as

¹⁸ Dado retirado de Azevedo & Santos Junior & Ribeiro, 2004.

diferenças encontradas são consistentes. Chama a atenção o fato que, em relação aos partidos políticos, o engajamento das lideranças comunitárias chega a ser cinco vezes maior que o dos habitantes de Campos dos Goytacazes e três vezes superior ao de Macaé. Essas diferenças são também altas em relação ao pertencimento a sindicatos e congêneres (grêmios e associações profissionais), sendo três vezes maiores que os habitantes de Campos e mais que o dobro em relação à população de Macaé. Em relação aos “grupos desportivos, culturais ou recreativos”, a filiação das lideranças cachoeirenses se aproxima do dobro das existentes nas duas cidades.

Ressalte-se o fato de o religioso ser o mais expressivo quando comparado às demais formas de associativismo, tanto nas cidades analisadas, como em relação às lideranças cachoeirenses (tabela 4). De forma geral, no caso brasileiro, como já ressaltado anteriormente, há uma predominância nos níveis de filiação de lideranças comunitárias junto a igrejas ou organizações religiosas, sendo seguidas pelos grupos desportivos nas áreas metropolitanas e dos sindicatos, quando se consideram as áreas não metropolitanas (AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO, 2004). Para Cachoeiro de Itapemirim, essa prevalência não foge ao constatado no quadro nacional: mostra a predominância das associações ligadas a igreja ou organismo religioso (2,65), seguida de associação voluntária (1,74), partido político (1,49) e sindicato, grêmio ou associação profissional (1,48) (tabela 4) ¹⁹.

Embora a maioria das associações cachoeirenses provenha do meio religioso, elas não se misturam com ele, fato comprovado por vários líderes ao relatarem a importância da “imparcialidade”, principalmente porque o líder tem compromisso com a coletividade.

Outra característica das lideranças cachoeirenses é que as associações representadas por elas priorizam a defesa de “bens coletivos negociáveis”, tais como melhoria de infraestrutura do bairro, serviços de saúde, transporte, entre outras políticas públicas. Apesar disso, quando debatem questões de gênero, etnia e meio ambiente (“bens não negociáveis”), a maioria tende a apresentar um discurso

¹⁹ A intensidade de associativismo por tipo de organização foi maior significativamente pela análise de variância ($F=102, 2429$; $p<0, 0001$) para Cachoeiro de Itapemirim, ES em relação a Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ.

“politicamente correto”. Entretanto, se se aprofundam os temas, percebe-se um conservadorismo disfarçado, em parte considerável, dessas lideranças.

Procuramos compreender o quanto a exposição à mídia informativa da liderança é importante para sua formação política. A primeira fonte de informação da liderança cachoeirense são os noticiários de televisão, conforme o índice (3,68), seguida pelo uso da Internet (3,17) e, por último, como é comum em cidades do interior, as notícias do rádio (3,68), meio de comunicação ainda bastante usado por essas lideranças para mobilizar a comunidade e para protestos, principalmente quando envolve a precariedade de alguns serviços em seus bairros, como água, esgoto, calçamento e moradia, por exemplo. A exposição à mídia informativa pelas lideranças em Cachoeiro de Itapemirim foi similar à constatada em Campos dos Goytacazes, mas diferente de Macaé, RJ, tendo em vista a análise de variância ($F=5,1187$; $p<0,0244$). Como apontam AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO (2009), aqui é preciso considerar o impacto diferenciado das diversas fontes de informação na construção da opinião crítica dos cidadãos, quando consideramos o acesso à informação decorrente de TV e rádio em comparação com diários e revistas semanais. No caso brasileiro, isso é agravado pela extrema desigualdade social, que torna a capacidade cognitiva extremamente diferenciada, segundo os níveis de escolaridade.

Tabela 5: índices de exposição à mídia informativa – População de Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ 2008-2009 e das lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, ES – 2009 - 2010

Mídia Informativa	Campos*	Macaé*	Cachoeiro**
(i) Frequência de leitura sobre política nos jornais	1,53	1,55	2,49
(hei) Frequência com que assiste aos noticiários na televisão	3,29	3,13	3,68
(III) Frequência com que ouve noticiários na rádio	1,87	1,71	2,63
(IV) Frequência com que utiliza a Internet para obter notícias e informações políticas	1,63	1,49	3,17
Média	2,08(a)	1,97(b)	2,99(c)
N	398	402	53

Fonte: *Pesquisa Núcleo do Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro /UENF e UCAM/ Campos

** Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

Escala: (1) nunca; (2) esporadicamente; (3) 1-2 dias por semana; (4) 3-4 dias por semana; (5) todos os dias e (6) Não sabe/não respondeu. Fonte: Valores com letra diferente na coluna mostraram-se diferentes significativamente pela análise de variância ($p < 0,001$) e *tukey* ($p < 0,001$).

Ao analisar as opiniões acerca dos deveres para o bom exercício da cidadania, podemos perceber a tendência dos entrevistados em valorizar, pelo menos no plano discursivo, práticas comumente relacionadas ao exercício da cidadania: o dever de votar nas eleições, pagar impostos, obedecer às leis, ajudar as pessoas e prestar serviço militar, entre outras questões (tabela 6). As lideranças cachoeirenses apontaram como deveres relativos ao bom exercício da cidadania, com índice de 6,83, ajudar as pessoas necessitadas do Brasil; 6,79: obedecer sempre a leis e regulamentos; 6,77: manter-se informado sobre o governo; 6,70: nunca sonegar impostos; 6,60: ajudar pessoas de outras partes do mundo (tabela 6). As opiniões sobre os deveres relativos ao bom exercício da cidadania pelas lideranças de Cachoeiro de Itapemirim²⁰ foram significativamente melhores em relação às opiniões de Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ.

²⁰ Análise de variância ($F=21, 4057$; $p < 0, 0001$)

Tabela 6: índices de opinião sobre os deveres relativos ao bom exercício da cidadania – População de Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ, 2008 – 2009, e lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, ES - 2010

Deveres relativos à cidadania	Campos*	Macaé*	Cachoeiro**
(i) Votar sempre nas eleições	5,92	6,21	6,45
(II) Nunca sonegar impostos	5,91	6,26	6,70
(III) Obedecer sempre às leis e aos regulamentos	6,47	6,59	6,79
(IV) Manter-se informado sobre o governo	6,16	6,13	6,77
(v) Participar de organizações sociais ou partidos	4,30	4,51	5,92
(vi) Tentar compreender diferentes opiniões	5,95	5,98	6,51
(VII) Escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais	4,42	4,72	5,12
(VIII) Ajudar as pessoas necessitadas do Brasil	6,57	6,50	6,83
(IX) Ajudar as pessoas de outras partes do mundo	5,96	6,22	6,60
(x) Serviço militar	4,91	4,84	6,17
Média	5,72(a)	5,86(a)	6,83(b)
N	398	402	53

Fonte: *Pesquisa Núcleo do Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro /UENF e UCAM/ Campos.

** Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

*Valores com letra diferente na coluna mostraram-se diferentes significativamente pela análise de variância ($p < 0,001$) e *tukey* ($p < 0,001$).

Escala: 0 a 7, onde zero significa nada importante e 7, muito importante.

No que concerne aos deveres do bom cidadão, os maiores índices de intensidade da média das lideranças cachoeirenses em relação aos de Campos dos Goytacazes e a Macaé referem-se à obrigação de ajudar pessoas necessitadas, tanto brasileiras como de outras partes do mundo. Esse alto índice pode, em parte, estar vinculado a uma cultura cívica de solidariedade ou a uma forte cultura cristã, que designa como mandamento primeiro “amar ao próximo como a si mesmo” (AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO, 2009).

Entretanto, é mais provável que esse comportamento seja decorrente, sobremaneira, do caráter fortemente relacional de nossa sociedade, que, em termos de valores, prioriza as necessidades do grupo familiar em sua perspectiva ampliada – englobando agregados e amigos – em detrimento de interesses individuais,

socialmente reprováveis (DAMATTA, 1979). Isso porque as redes familiares ampliadas têm o papel de socorrer os membros que, por motivos diversos, enfrentam dificuldades financeiras. Essas redes cortam transversalmente as classes sociais, ainda que sejam mais tênues entre os mais ricos.

Nas escolhas das lideranças comunitárias cachoeirenses, destaca-se o fato de dois temas terem sido menos valorizados: “escolha dos produtos que consome” (índice igual a 5,12 e bastante preocupante); “participar de associações, sindicatos e partidos” (5,92). A menor valorização relativa ao primeiro tema talvez possa ser explicada pelo ainda fraco movimento de defesa do consumidor *vis-à-vis* com os países do chamado primeiro mundo. Por um lado, os avanços institucionais nessa área – entre elas a criação do Código de Defesa do Consumidor e de órgãos governamentais municipais de defesa do consumidor – têm menos de três décadas.

Por outro, devido à extrema desigualdade do país, a maioria da população pobre tenderia a priorizar o acesso à quantidade, não importando a qualidade, dos produtos necessários a sua sobrevivência. Isso acarreta a escolha de mercadorias mais baratas. De qualquer forma, é possível dizer que esse quadro tem mudado de forma incremental: primeiro em relação aos produtos consumidos pela classe média e, de forma mais lenta, no que se refere aos produtos de consumo de massa.

Os processos de mobilização sociopolíticos em diversas cidades e metrópoles ainda podem estar sendo fortemente impulsionados pelas organizações associativas (AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO, 2009). Em Cachoeiro de Itapemirim, é bastante significativa a participação das lideranças em atividades de mobilização, embora existam muitas diferenças quando consideramos o tipo de associativismo e a modalidade de mobilização.

Como já ressaltado anteriormente, o associativismo religioso, que mobiliza o maior percentual de pessoas no país, é o que menos contribui, proporcionalmente, para a participação em ações de mobilização sociopolítica, qualquer que seja a modalidade considerada. As mobilizações sociopolíticas com índices mais elevados são as participações em comícios e em abaixo-assinados. No entanto, considerando as diferentes modalidades de mobilização, há diferenças significativas quando levamos em consideração o tipo de associativismo. O partidário sobressai na participação em comícios ou reuniões políticas; o sindical, em greves; o cultural, em

manifestações; outras organizações voluntárias (em que se situam as associações de moradores e as organizações não governamentais – ONGs), em boicote aos produtos, abaixo-assinados, doação de dinheiro para causas públicas e fóruns de discussão pela Internet (AZEVEDO, SANTOS e RIBEIRO, 2007).

Em Cachoeiro de Itapemirim, 5,82 das lideranças consideram importantes para promover a mobilização política: dar dinheiro ou recolher fundos para causas públicas (2,91) e contatar políticos ou alto funcionário do Estado (2,91) (tabela 7). Os índices de mobilização sociopolítica para Cachoeiro de Itapemirim foram significativamente maiores ($F=29, 2519; p<0, 0001$) que os de Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ (tabela 7).

Tabela 7: índice de mobilização sociopolítica - Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ, e Cachoeiro de Itapemirim, ES – 2009 - 2010

Ação político-social	Campos dos Goytacazes*	Macaé*	Cachoeiro de Itapemirim**
Assinar um abaixo-assinado	1,76	1,74	2,73
Boicotar produtos por questões políticas, éticas e ambientais	0,93	0,90	2,27
Participar de uma manifestação	0,97	1,15	2,55
Participar de um comício	1,85	1,65	1,92
Participou de ato em defesa do meio ambiente	0,95	0,32	1,91
Contatar políticos ou alto funcionário do Estado	0,94	0,89	2,91
Dar dinheiro ou recolher fundos para causas públicas	0,62	0,96	2,91
Contatar a mídia ou nela aparecer	0,62	0,63	2,36
Participar de fóruns pela Internet	0,70	0,71	1,09
Média	1,08(a)	1,01(a)	2,24(b)
N	398	402	53

Fonte: *Pesquisa Núcleo do Observatório das Metrópoles do Rio de Janeiro /UENF e UCAM/ Campos, RJ.

** Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009. Obs.: Escala: (3) participou no último ano; (2) participou em anos anteriores; (1) não participou, mas poderia ter participado; (0) nunca participaria. Valores com letra diferente na coluna mostraram-se diferentes significativamente pela análise de variância ($p<0,001$) e *tukey* ($p<0,001$).

Às lideranças, perguntou-se com que frequência elas costumam convencer os demais membros da associação sobre os pontos de vista em que acreditam e que defendem: 79,2% afirmaram que frequentemente convencem os demais membros da associação sobre suas ideias (tabela 8). Considera-se que o poder de

convencimento deve-se à confiança que se cria quando se escolhem esses comandos: todas as lideranças entrevistadas são referência de ajuda nos bairros. Para quaisquer problemas que surjam, sejam eles sociais, políticos ou religiosos, esses líderes são procurados. A confiança é tão grande que o líder conhece seus liderados e se torna elo entre eles e as autoridades do local e da cidade, inclusive na mediação de conflitos.

**Tabela 8: Poder de convencimento da liderança perante seus liderados
Cachoeiro de Itapemirim – 2009 - 2010**

	Frequência	Porcentagem(%)	Porcentagem Acumulada(%)
Algumas vezes	8	15,1	15,7
Frequentemente	42	79,2	94,3
Nunca	2	3,8	98,1
Raramente	1	1,9	100,0
Total	53	100,0	

Fonte: Dados primários levantados na pesquisa sobre as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim, 2009.

A tabela 9 mostra que, de fato, quanto maior o nível de escolaridade, maior o nível de associação civil e de mobilização da população, como pode ser evidenciado quando se comparam os dados de Campos dos Goytacazes, Macaé (RJ) e Cachoeiro de Itapemirim (ES) (Tabela 8).

Quando se verifica a relação entre nível educacional e mobilização política, os que têm nível superior (até o segundo grau) apresentam nível de engajamento muito superior aos que têm baixa escolaridade, sobretudo no que se refere a práticas associadas a novas formas de ação sociopolítica: participar de fórum na Internet, boicotar produtos e contatar a mídia ou nela aparecer (Tabela 9).

Segundo a literatura existente, quanto maior o nível de escolaridade, mais elevados os percentuais de associação civil (SANTOS,1993; RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 1996).

Tabela 9: Índices de mobilização sociopolítica associada à escolaridade para Campos dos Goytacazes (CG) 2008, Macaé (MC) 2009 e Cachoeiro de Itapemirim (CI), ES - 2009-2010.

Ação político-social	Até 5º ano**			5º a 9º ano**			EMIC**			SICEMD**		
	CG	MC	CI	CG	MC	CI	CG	MC	CI	CG	MC	CI
Assinar petição ou fazer abaixo-assinado	1,60 a	1,04 a	2,14 b	1,55 a	1,68 a	2,57 b	1,76 a	1,81 a	2,33 b	2,27 a	1,97 a	2,59 b
Boicotar produtos	0,91 a	0,74 a	2,14 b	0,65 a	0,86 a	2,57 b	0,96 a	0,84 a	2,33 b	1,31 a	1,16 a	2,59 b
Participar de manifestações	0,72 a	0,56 a	2,14 b	0,78 a	1,08 a	2,57 b	0,94 a	1,16 a	2,33 b	1,63 a	1,49 a	2,59 b
Participar de ato público em defesa do meio ambiente	0,79 a	0,62 a	1,71 b	0,89 a	1,09 a	0,71 b	0,94 a	1,06 a	1,62 b	1,25 a	1,19 a	1,53 b
Participar de comícios ou reuniões políticas	1,71 a	1,38 a	1,14 b	1,75 a	1,70 a	2,00 b	1,95 a	1,63 a	1,43 b	1,88 a	1,70 a	2,18 b
Contatar políticos para expressar sua opinião	0,72 a	0,66 a	1,43 b	0,75 a	0,98 a	1,00 b	0,98 a	0,86 a	1,57 b	1,39 a	0,91 a	1,94 b
Dar dinheiro para causas públicas	0,69 a	0,70 a	1,86 b	0,62 a	0,80 a	2,43 b	1,03 a	0,99 a	2,52 b	1,16 a	1,21 a	2,29 b
Contatar a mídia ou nela aparecer	0,47 a	0,46 a	1,71 b	0,57 a	0,63 a	2,29 b	0,62 a	0,59 a	2,00 b	0,86 a	0,83 a	2,53 b
Participar de fórum ou grupo de discussão pela internet	0,26 a	0,18 a	0,86 b	0,38 a	0,42 a	1,43 b	0,71 a	0,75 a	1,71 b	1,64 a	1,24 a	2,76 b

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP (2006). Fonte: LESCE/UENF, 2010.

*Valores com letra diferente na coluna ou linha mostraram-se diferentes significativamente pela análise de variância ($p < 0,001$) e Tukey ($p < 0,001$).

**Até 5º ano, 5º a 9º ano, ensino médio incompleto ou completo "EMIC" e superior incompleto, completo, especialização, mestrado ou doutorado "SICEMD".

Os índices de mobilização sociopolítica associada à escolaridade para a população de Cachoeiro de Itapemirim (CI), ES, foram significativamente superiores aos de Campos dos Goytacazes (CP) e Macaé (MC), RJ, para todas as escolaridades avaliadas pela análise de variância²¹.

Os dados de Cachoeiro de Itapemirim vão ao encontro de AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO (2009), que ressaltam os padrões predominantes de mobilização sociopolítica que se alteram de acordo com as faixas de escolaridade consideradas (também nos dados encontrados entre as lideranças cachoeirenses). Destaca-se o crescimento da participação em fóruns na Internet, que é mais forte como fator de engajamento no segmento superior em relação, além de se constituir como a quinta modalidade mais importante para esse primeiro grupo.

Quando comparamos as lideranças comunitárias e as dos grupos de moradores de Campos dos Goytacazes e Macaé, RJ, com nível superior, constatamos que os índices das lideranças cachoeirenses são mais altos em todos os quesitos. Isso significa que, embora a variável educação seja basilar para a formação cívica, sozinha ela não explica os níveis de cultura política.

Essa última tabela apresenta uma exceção interessante quanto ao quesito “participar de comícios ou reuniões políticas” das lideranças cachoeirenses: supera, de forma inequívoca, os percentuais das populações de Campos e Macaé somente no que se refere ao grupo de nível educacional alto, chegando tais percentuais a ser inferiores aos das cidades mencionadas, quando analisamos os setores de menor escolaridade.

Vale ressaltar que os níveis de associativismo e mobilização sociopolítica certamente estão relacionados às percepções sobre o sistema político. Entretanto, os comportamentos sociopolíticos resultam de processos de socialização e aprendizagem e acarretam, segundo o contexto social e as opções pessoais, atitudes políticas ativas ou passivas.

²¹ Os índices para Campos dos Goytacazes e Macaé não foram diferentes significativamente (tabela 10). Até 5º ano (F=21, 5682; p<0, 0001), 5º a 9º ano (F=14,4012; p<0,0005), ensino médio incompleto ou completo “EMIC” (F=18,8935; p<0,0002), e superior incompleto, completo, especialização, mestrado ou doutorado “SICEMD” (F=32,1899; p<0,0001).

Entendendo que os comportamentos sociopolíticos são passíveis de aprendizado, podemos dizer que o comportamento de uma pessoa “como sujeito ativo ou como indivíduo politicamente passivo tem muito a ver com a própria trajetória” (SCHMIDT *apud* BAQUERO e BAQUERO, 2007), o que torna relevante o processo de socialização para a cidadania vivenciada pelos agentes sociais (AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO, 2009).

O que fica claro nessa pesquisa com as lideranças cachoeirenses e as associações pelas quais eles respondem é que, como bem afirmou PUTMAN (1996), níveis de cultura política mais elevada seriam capazes de produzir equilíbrios estáveis mais democráticos em uma sociedade, o que poderia gerar mais possibilidades de uma forte correlação positiva entre associações cívicas e instituições públicas eficazes.

3.1 *Habitus* da liderança cachoeirense: uma percepção local

Embora todos os dados acima já tenham descrito perfil e *habitus* das lideranças cachoeirenses, neste tópico apresentamos o diagnóstico do *habitus* da boa e da má liderança (*habitus* precário e *habitus* primário), bem como sua influência direta em relação a seus liderados.

Por meio desta pesquisa, encontramos um percentual muito elevado das lideranças que compartilham o chamado *habitus* primário. Ou seja, nas palavras de Jessé de Souza, trata-se de “um conjunto de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, com reflexos diretos no papel do cidadão, sob condições capitalistas modernas” (SOUZA, 2003). Surpreendentemente, essas lideranças também descem ao *habitus* precário com certa frequência.

SOUZA (2003) designa o conjunto de atributos acima enumerados como *habitus* primário, sendo sua internalização, bem como a disciplina para o trabalho, condição *sine qua non* para se alcançar o princípio básico do consenso. O autor afirma que o conceito proposto de *habitus* primário é, em verdade, o sentido da

noção de *habitus* elaborada por Bourdieu, ou seja, “são esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, mesmo de forma opaca, e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo” (SOUZA, 2003).

Por outro lado, a ausência do desempenho compatível e da disciplina no trabalho implicaria um “desempenho” marcado pela precariedade, designado por SOUZA (2003) como *habitus* precário, o que não está presente entre os líderes comunitários de Cachoeiro do Itapemirim, que, como mostram os índices, parecem, em sua maioria, ter *habitus* primário.

Para realmente mobilizar seu grupo, a boa liderança precisa ter internalizado o que Taylor descreve sobre a “dignidade” como fundamento da autoestima e do reconhecimento social do indivíduo. Isso remete, portanto, à relação entre o compartilhamento de uma economia emocional e moral contingente à possibilidade de reconhecimento social para indivíduos e grupos: para que haja eficácia legal da regra de igualdade, é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada (SOUZA, 2005).

Nesta análise do perfil da liderança, a noção de *habitus* é fundamental. Esse conceito, ao contrário da tradição racionalista e intelectualista, permite enfatizar todo o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada indivíduo. Isso transformando as escolhas valorativas culturais e institucionais, formadas no contexto familiar e escolar, em signos de carne e osso (SOUZA, 2004).

Assim, vamos usar a subdivisão interna à categoria de *habitus* como o fez SOUZA (2003) para conferir ao termo *habitus* um caráter histórico mais matizado, inexistente na análise *bourdieusiana*, e acrescentar, portanto, uma dimensão genética e diacrônica à temática da constituição do *habitus*. Portanto, em vez de, genericamente, falar apenas de *habitus*, aplicando-o a situações específicas de classe num contexto sincrônico, como faz Bourdieu, focaremos uma “pluralidade de *habitus*”. Se este representa a incorporação dos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento, considerando-se uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem

implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas, de algum modo, nessa mudança.

O *habitus* precário seria o limite dos *habitus* primário para baixo, ou seja, seria o tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas, para que, sendo indivíduo ou grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo. Assim, pode gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas (SOUZA, 2003).

Considerando a definição e a constituição de uma ideologia do desempenho como mecanismo legitimador dos papéis de produtor e cidadão, que equivalem, na reconstrução que SOUZA (2003) propõe, ao conteúdo do *habitus* primário, é possível compreender melhor seu limite “para baixo”, ou seja, o *habitus* precário. Assim, se o *habitus* primário refere-se a um conjunto de predisposições psicossociais e acarreta economia emocional e pré-condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, com reflexos diretos no papel do cidadão, sob condições capitalistas modernas, a ausência dessas pré-condições, em alguma medida significativa, implica a constituição de um *habitus* marcado pela precariedade.

No caso do *habitus* primário, o que está em jogo é a efetiva disseminação da noção de dignidade do agente racional que o torna agente produtivo e cidadão pleno. Em sociedades avançadas, essa disseminação é efetiva, e os casos de *habitus* precário são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas, como a brasileira, o *habitus* precário acarreta redes invisíveis e objetivas que desqualificam indivíduos e grupos sociais, precarizados como subprodutores e subcidadãos.

Isso, sob forma de uma evidência social inofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica o seguinte: o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedade é a produção social de uma “ralé estrutural” nas sociedades periféricas. Essa circunstância não elimina a existência, nos dois tipos de sociedade, da luta pela distinção, baseada no que SOUZA (2003) classifica como *habitus* secundário, que tem a ver com a apropriação seletiva de bens e recursos escassos e constituem

contextos cristalizados e com constante desigualdade. Mas a consolidação efetiva, em grau significativo, das pré-condições sociais que permitem a generalização de um *habitus* primário nas sociedades centrais torna a subcidadania, como fenômeno de massa, restrita apenas às sociedades periféricas. Assim, marca sua especificidade como sociedade moderna e chama a atenção para o conflito de classes específico da periferia (SOUZA, 2003).

Por fim, outra questão que surge quando estudamos o perfil das chamadas lideranças comunitárias ou populares é que elas representam segmentos majoritariamente com baixo nível de renda e capital social. Ou seja, grande parte desses liderados, na abordagem de SOUZA (2003), seria classificada como de *habitus* precários, com grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, especialmente o formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cachoeiro de Itapemirim destaca-se no Espírito Santo. É o maior da região sul, com áreas urbanas e rurais mescladas em sua identidade. Apresenta grupos com diferentes tradições de cultura política, o que talvez propicie parte das especificidades do associativismo local.

Esta dissertação teve como objetivo estudar o perfil das lideranças comunitárias vinculadas às associações de moradores dos bairros de Cachoeiro do Itapemirim /ES. Como se viu ao longo deste estudo, a trajetória dessas lideranças comunitárias ocorre de forma integrada à Federação de Associações de Moradores (FAMMOPOCI), considerada formalmente pela Prefeitura como entidade de “Utilidade Pública Municipal”, desde o início da década de 90 (Lei Municipal nº 3.691 de 22/05/1992).

A hipótese de que o papel de liderança comunitária exige pessoas que tenham cultura política superior à média da população foi confirmada ao constarmos suas práticas de associativismo, mobilização social e exposição à “mídia” em nossos “grupos de referência”: as populações de Campos dos Goytacazes e Macaé, pólos regionais do norte do Rio de Janeiro. Entretanto no quesito participação política, analisado por meio participação em “comícios e reuniões políticas”, detectamos uma exceção interessante. O envolvimento das lideranças cachoeirenses é superior ao dos “grupos de controle” no que tange ao grupo de nível educacional alto, mas é inferior ao de Campos e Macaé, quando analisamos os setores de menor escolaridade. Nos extratos com mais de cinco anos de escolaridade até os que têm nível médio completo, há poucas diferenças entre os percentuais das lideranças e das populações das cidades do “grupo de controle”.

Possível explicação para esse fato seria que a ação social dessas lideranças não privilegiam mecanismos clássicos de representação de interesses, como é o caso de partidos políticos. Possivelmente, a atuação política das associações de moradores prioriza relações diretas com os que desfrutam de poder (prefeito, vereadores, secretários, entre outros) ou indiretas, por meio de personalidades com grande legitimidade e relacionamentos com os detentores do poder local (por meio de contatos personalistas, à margem dos partidos políticos oficiais).

Não devemos esquecer que esse comportamento instrumental das lideranças das “associações de bairro” de Cachoeiro de Itapemirim deve-se, em parte, às especificidades desse tipo de associativismo, que privilegia as demandas de “bens negociáveis”, diferenciando-se bastante do que denominaríamos “movimento social” no sentido clássico.

Vale recuperar brevemente as diferenças entre esses dois tipos de associativismos. Do ponto de vista sociológico, os movimentos sociais clássicos poderiam ser definidos como manifestações de organizações coletivas, orientadas, primariamente, para fins de natureza normativa ou ideológica. Nesta classificação, se enquadrariam: movimentos ambientalistas, pacifistas e contra a discriminação racial, entre outros. Em termos de políticas públicas, esses movimentos tendem a defender a implementação de políticas regulatórias afinadas com os valores por eles defendidos.

Esses grupos priorizam a defesa de “bens coletivos não negociáveis”, tais como igualdade entre gênero e raça, defesa do meio ambiente, da paz, da reforma urbana, entre outros (AZEVEDO e PRATES, 1991). Isso não significa que esses movimentos não possam se envolver em atividades voltadas para ganhos instrumentais ou reivindicações negociáveis. No entanto, nesses casos, essas ações são percebidas como um meio e/ou estratégia para se alcançarem, no futuro, mudanças mais amplas (AZEVEDO, 1994).

A maioria das associações existentes na atualidade – associações de bairros e de favelas, movimentos por transporte ou por moradia, por exemplo – não se enquadraria na definição acima. Podem ser definidas como movimentos de caráter reivindicativo e têm como principal objetivo o desenvolvimento de ações junto ao Estado, visando a melhorias sociais. Em suma, trata-se de organizações típicas de articulação de interesses, orientadas para a produção de “bens coletivos de natureza negociável”, tais como urbanização de vilas e favelas, construção de creches, de escolas, de postos de saúde, de rede de saneamento básico. Ou seja, não há questões de “princípio” ou de valores em jogo, como no caso dos movimentos sociais (BOSCH, 1987; AZEVEDO e PRATES, 1991). Nesse sentido, o tipo de postura das lideranças comunitárias cachoeirenses se apresenta bastante racional para os fins que se propõem, ou seja, lograr ganhos em termos de serviço público e infraestrutura para seus bairros.

Ainda que, em casos específicos, essas organizações possam participar de alianças voltadas à gestão de políticas regulatórias tradicionais, o foco privilegiado por esses grupos tem sido predominantemente a arena de políticas distributivas capazes de responder diretamente às suas reivindicações pontuais²². Esses ganhos de cidadania, fruto da participação, podem explicar, em parte, certo conhecimento do discurso considerado “politicamente correto”. Isso permite a essas pessoas posicionarem-se durante as entrevistas qualitativas de forma genérica sobre meio ambiente, discriminação de cor e gênero, mas sem que sejam pontos de pauta privilegiados em suas agendas.

Em um primeiro momento, a escolha majoritária de representantes de estratos médios para atuarem como conselheiros pode refletir desigualdade social acentuada. Assim, uma abordagem mais conservadora seria a do controle dos setores médios sobre as organizações consideradas populares, no caso em questão as associações de moradores de bairros de Cachoeiro de Itapemirim. Outra interpretação possível e de cunho progressista seria entender que a existência de “submundos” sociais - nas palavras de Fábio Wanderley Reis - com baixa articulação e porosidade entre si, que apresentariam inclusive semelhanças com castas, não só dificultaria a formação de um mercado universal como tornaria extremamente desvantajoso para os estratos populares a competição por verbas públicas junto ao Estado. Em uma situação desse tipo, pode ser lógico escolher como representantes pessoas capazes de “falar a língua das elites” e que tenham *habitus* primário, como forma de buscar maximizar os interesses populares.

Pesquisar as lideranças cachoeirenses exigiu habilidades que precisaram ser desenvolvidas com base no modelo da Escola de Chicago, onde o critério científico permeava as pesquisas daquele grupo. Vivemos, durante o tempo da pesquisa, a realidade participante da liderança. Entretanto, o encontro com alguns desses líderes foi marcado por desafios: muitos deles tinham dificuldades de entender o enunciado das perguntas e de comprometer-se com uma resposta de fato. Nas ligações para agendar as entrevistas, alguns relatavam falta de tempo e, muitas

²² As organizações reivindicativas setoriais (associações de bairro, grupos de “sem casa”, movimentos pelo transporte, entre outros) geralmente priorizam políticas distributivas espacialmente definidas. Entretanto, quando congregadas em federações, confederações e fóruns de nível municipal, regional ou estadual, até por necessidade de uma visão mais compreensiva da realidade, são também atraídas pela defesa de políticas de corte regulatório (AZEVEDO, 1994).

vezes, percebemos desconfiança de participar da pesquisa, até que seus objetivos eram de fato esclarecidos e a entrevista tinha início. Por um outro lado, alguns líderes responderam ativamente às questões, revelando mais conhecimento da função que ocupam e pela qual eles respondem. Esses, como se pôde ver nos dados, têm grau de escolaridade mais elevado e mais informação.

A pesquisa teve seu caráter etnográfico, quantitativo e, no campo, foi vivida a experiência qualitativa da boa liderança, baseada nas relações de reciprocidade, confiança e alicerçada sobre os bons *habitus*, características inerentes da boa liderança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESE – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sul do Espírito Santo. Cachoeiro 21: Plano estratégico de Cachoeiro de Itapemirim 2004-2020: Agenda 21 Local, 2005. 115p.

AGOSTINHO, Cristina. Luz del Fuego – A Bailarina do Povo. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. Escravismo e Transição: O Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ANASTASIA, Fátima, “A Responsabilização por Controle Parlamentar” in: *A Responsabilização da Administração Pública na América Latina*, CLAD, Venezuela, 2000.

ANDRADE, Waldemar Mendes de. Cachoeiro de Itapemirim – edição histórica. Cachoeiro de Itapemirim: 1976.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL- ONU 2002- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em 20/08/2009.

AVRITZER, Leonardo. (2000a), "Esfera Pública, Teoria Democrática e Participação; Uma Análise da Deliberação nos Conselhos de Políticas". DCP/FAFICH/UFMG, 2000.

AZEVEDO, S. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos ; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz . Mudanças e permanências na cultura política das metrópoles brasileiras. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 691-733, 2009

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia R. dos; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Ação Coletiva, participação e políticas regulatórias nas metrópoles brasileiras: algumas considerações teóricas sobre gestão de órgãos e colegiados. 2009.

AZEVEDO, S. SANTOS JUNIOR, O. , RIBEIRO, L. C. Q. “Democracia e Gestão Local: a experiência dos Conselheiros Municipais do Brasil” In: Orlando A. dos Santos Junior; Luiz César Q. Ribeiro; Sergio de Azevedo. (Org.). Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil. 01 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan e Observatório das Metrópoles, 2004, v. 01, p. 11-56

AZEVEDO, Sérgio de & ANASTASA, Maria de Fátima, “Governança, ‘Accountability’ e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais”, Revista de Economia Política – Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, vol. 22, nº 1(85), 2002

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia R. dos. Governança, associativismo e participação: notas para discussão, Belo Horizonte, 2002.

AZEVEDO, Sergio de. POLÍTICAS PÚBLICAS: DISCUTINDO MODELOS E ALGUNS PROBLEMAS DE IMPLEMENTAÇÃO. Artigo publicado em 2003 em coletânea preparada pela FASE para cursos de gestores municipais direcionados para lideranças populares das metrópoles brasileiras.

AZEVEDO, Sergio de. Planejamento, Cidades e Democracia In DINIZ, Eli & LOPES, José S. L. & PRADI, Reginaldo (Orgs). O Brasil no Rastro da Crise. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

AZEVEDO, Sérgio e PRATES, Antônio Augusto Pereira. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. In: Ciências Sociais hoje, 1991. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1991.

BAQUERO, Rute e BAQUERO, Marcello. Educando para a Democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. Ciências Sociais em Perspectiva, vol. 6, nº11, 2ºsem, p.139-153, 2007.

BERGER, Christa. Dos movimentos sociais e das organizações não governamentais – a esperança dos excluídos. Porto Alegre: Universidade, 1998.

BRAGA, Newton. Histórias de Cachoeiro. Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Vitória: UFES, 1986.

BITTENCOURT, Gabriel. Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX). Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BONASSI, Fábio Angelo; LISBOA, Terezinha Covas. Associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na Aremac-am-Associação Regional de Empresas de Materiais de Construção da Alta Mogiana. Revista Eletrônica de Administração: FACEF, vol. 2, ed.3, julho/dez, 2003.

BOSCHI, Renato Raul. A Arte da Associação. São Paulo, Vértice/IUPERJ, 1987.

CARVALHO, Marco Antônio de. Memórias de Cachoeiro. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.

COSTA, Izabel Lacerda Salviano da. Cachoeiro suas pedras, sua história. Cachoeiro de Itapemirim: Sagraf, 1991.

COSTA, Marco Aurélio Borges. Cachoeiro: referência nacional em saneamento. Cachoeiro de Itapemirim: Citágua, 2005.

CORREA, W; COSTA, M. A. B.; BALBINO, W. Programa transdisciplinar para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Monte Alegre. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 1, n. 2, p. 4-53, dez. 2007.

DAMATTA, Roberto Augusto. Carnavais, malandros ou Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DOIMO, Ana Maria. "Movimentos Sociais e Conselhos Populares: desafios da institucionalidade democrática". Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, 1990.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

FAMMOPOCI. Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim. CNPJ: 31.725.914/0001-43. Utilidade Pública Municipal, 2010.

FOZ DO BRASIL. Cachoeiro de Itapemirim. Disponível em: <<http://www.fozdo brasil.com.br/web/matriz/home>> acesso em: 15/03/2010. 2010

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. trad.: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE. Suplemento da Pesquisa Mensal de Empregos. Rio de Janeiro, 1996

IBGE. Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cachoeiro de Itapemirim. 2004. 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Venda Nova. 2007.

JACOBI, Pedro. "Descentralização Municipal e Participação dos Cidadãos: apontamentos para o debate". *Lua Nova*, nº 20: 121-143, São Paulo, Maio/1990.

MELLO, Marcos André. Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Governabilidade e Pobreza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. trad.: Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina, 2006.

MCKEAN, M.A. e OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas – somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, A.C e MOREIRA, A. de C. São Paulo: NUPAUB – USP, p.79-95, 2001.

MOULIN, Maria das Graças Barbosa and MINAYO-GOMEZ, Carlos. Pedras sobre vidas: vítimas e viúvas na indústria de mármore em Itaoca (ES). *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 1361-1369. ISSN 1413-8123.

NUNES, Edson. A gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: ENAP/Jorge Zahar Editores, 1997.

Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006-2008. In: *www.observatoriodasnetropoles.net*. 2010

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3. ed. Coleção Canaã: volume 8. Vitória: Arquivo Público, 2008.

OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Pontes: São Paulo, 2006.

PISCITELLI, Adriana, et al. Olhares feministas. Brasília: UNESCO, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio – Memória e Identidade. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5 (10): 200-212, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Fotos e dados. Disponível em: <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php>> . Acesso em: 20/08/2009.

PNDU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Cachoeiro de Itapemirim. 2000.

PUTNAM, Roberto D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Fábio Wanderley. Política e Racionalidade, problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política; parte III (Sujeitos coletivos versus individualismo metodológico: crítica a M. Olson. Interesses e solidariedade, o estratégico e o organizacional), 2000.

RIBEIRO, Maria Cláudia Malveira Ribeiro. Políticas habitacionais do município de Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim: Centro Universitário São Camilo-ES, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar e Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Metrôpoles Brasileiras: territórios desgovernados. In: RIBEIRO, Luiz César e Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. As metrôpoles e a Questão Social Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, Fase; 2007.

ROCHA, Dora Flaksman (tradutora do original de Michael Pollak). Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: *In* Estudos Históricos, n. 3, vol. 2, 1989, p.3-15.

ROCHA, Dora Flaksman (tradutora do original de Michael Pollak). Memória e identidade social. Rio de Janeiro: *In* Estudos Históricos, n. 10, vol. 5, 1992, p.200-212.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.); RIBEIRO, S. (Org.). Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. v. 1.

SANTOS, Wanderley Guilherme. As razões da Desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade e Governança: criação de capacidade governativa e o processo decisório no Brasil. 1996.

SARTORI, G. A Teoria da Democracia Revisitada. 1. *O Debate Contemporâneo*. São Paulo, Ática. 1994.

SIQUEIRA CAMPOS – Planilha para cálculo do tamanho mínimo da amostra, 2011
www.siqueiracampos.com.br/downloads

SOUZA, Jessé, A Modernização Seletiva: Uma Reinterpretação do Dilema Brasileiro, Ed. UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é “Ser gente?”. Lua Nova, n.59, 2003.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. RBCS, vol. 19, n.54, fevereiro, 2004.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. Lua Nova, São Paulo: 65: 43-69, 2005.

ANEXOS

3. Ensino fundamental completo

10. Ensino médio incompleto

4. Ensino médio completo

11. Superior incompleto

5. Superior completo

12. Especialização

6. Mestrado

13. Doutorado

7. Alfabetização de adultos

14. Não sabe / Não respondeu

B - Política e cidadania

B01. Há muitas opiniões diferentes sobre o que se deve fazer para ser uma boa liderança. Em escala de 0 a 7, em que 0 significa nada importante e 7, muito importante, que importância o senhor(a) atribui pessoalmente a cada um dos seguintes aspectos:

1. Votar sempre nas eleições 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

2. Nunca sonegar impostos 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

3. Obedecer sempre às leis e aos regulamentos 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

4. Manter-se informado sobre as atividades do governo 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

5. Participar de associações, sindicatos e partidos 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

6. Tentar compreender a maneira de pensar das pessoas com opiniões diferentes da sua

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

7. Escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que eles custem mais caro

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

8. Apoiar ações voltadas para a defesa do meio ambiente 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

9. Ajudar as pessoas que, no Brasil, vivem pior que o senhor(a)

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

10. Ajudar pessoas que, no resto do mundo, vivem pior que o senhor(a)

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

11. Estar disposto a prestar serviço militar quando for preciso

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

B02. Por vezes, as pessoas participam de grupos ou associações. O senhor(a) participa ativamente; pertence, mas não participa ativamente; já pertenceu ou que nunca pertenceu a [LEIA O ITEM]:

1. Partido político

Participa ativamente Pertence, mas não participa ativamente Já pertenceu Nunca

pertenceu

2. Sindicato, grêmio ou associação profissional

Participa ativamente Pertence, mas não participa ativamente Já pertenceu Nunca pertenceu

3. Igreja ou outra organização religiosa

Participa ativamente Pertence, mas não participa ativamente Já pertenceu Nunca pertenceu

4. Grupo desportivo, cultural ou recreativo

Participa ativamente Pertence, mas não participa ativamente Já pertenceu Nunca pertenceu

5. Grupo ou associação voltado para a defesa do meio ambiente

Participa ativamente Pertence, mas não participa ativamente Já pertenceu Nunca pertenceu

6. Outra associação voluntária

Participa ativamente Pertence, mas não participa ativamente Já pertenceu Nunca pertenceu

B03. Vou ler algumas formas de ação política e social e, por favor, indique, para cada uma delas, se você participou dessa ação no último ano, em anos anteriores, nunca participou ou se nunca participaria. O senhor(a) [LEIA O ITEM]:

1. Assinou uma petição ou um abaixo-assinado

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

2. Boicotou ou deixou de comprar determinados produtos por razões políticas, éticas ou ambientais

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

3. Participou de uma manifestação social

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

4. Participou de ato público em defesa do meio ambiente

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

5. Contatou ou tentou contatar um político ou funcionário do governo para expressar seu ponto de vista

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

6. Deu dinheiro ou tentou recolher fundos para uma causa pública

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

7. Contatou a mídia ou apareceu nela para exprimir suas opiniões

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

8. Participou de fórum ou grupo de discussão na Internet

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

9. Realizou algum tipo de ação em defesa do meio ambiente

Participou no último ano Participou em anos anteriores Nunca participou Nunca participaria

B04. Com relação aos problemas ambientais de Cachoeiro de Itapemirim, em escala de 0 a 7, em que 0 significa nada importante e 7, muito importante, que importância o Sr.(a) atribui a [LEIA O ITEM]:

1. Poluição do ar causada por queimadas respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

2. Enchentes respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

3. Período prolongado de seca respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

4. Poluição do rio Itapemirim respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

5. Baixa qualidade da água de abastecimento respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

6. Poluição da água subterrânea respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

7. Lixo nas ruas e em terrenos vazios respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

8. Esgoto lançado nos campos hídricos: rios e lagoas respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

9. Pouca arborização das ruas respondeu 0 1 2 3 4 5 6 7 Não

B05. Quanto ao uso da água mineral engarrafada (galão), no seu bairro?

1. A maioria dos moradores usa

2. Uma pequena minoria usa

3. Um número razoável usa

4. Raramente é usado

5. Não respondeu

B06. Quando tem uma opinião firme sobre qualquer assunto, com que frequência o sr.(a) tenta convencer os membros da associação a adotar essa opinião?

1. Frequentemente

2. Algumas vezes

3. Raramente

4. Nunca

5. Não respondeu

B07. Com que frequência o senhor (a) LÊ ASSUNTOS DE POLÍTICA NOS JORNAIS?

1. Nunca

2. 3-4 dias por semana

3. Menos de 1 dia por semana

4. Todos os dias

5. 1-2 dias da semana

6. Não sabe / Não respondeu

B08. Com que frequência o senhor(a) VÊ OS NOTICIÁRIOS DA TELEVISÃO?

1. Nunca

2. 3-4 dias por semana

3. Menos de 1 dia por semana

4. Todos os dias

5. 1-2 dias da semana

6. Não sabe / Não respondeu

B09. Com que frequência o senhor(a) OUVI AS NOTÍCIAS DO RÁDIO?

1. Nunca

2. 3-4 dias por semana

3. Menos de 1 dia por semana

4. Todos os dias

5. 1-2 dias da semana

6. Não sabe / Não respondeu

B10. O senhor(a) usa a Internet?

1. Sim → Vá para a questão B11

2. Não → Vá para a questão B14

B11. Com que frequência o senhor (a) UTILIZA A INTERNET PARA SABER NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES POLÍTICAS?

1. Nunca

2. 3-4 dias por semana

3. Menos de 1 dia por semana

4. Todos os dias

5. 1-2 dias da semana

6. Não sabe / Não respondeu

Pergunte para aqueles que responderam SIM na questão B11

B12. Qual é o principal local que o senhor(a) costuma acessar Internet?

1. Em casa

2. Na escola ou na faculdade

3. Outro lugar. *Especifique* _____

4. Na casa de parentes e amigos

5. Em *lan-houses* ou telecentros

6. Na associação

7. Pelo celular

B13. Com que frequência o senhor [LEIA O ITEM]

1. Acessa a Internet 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

2. Manda/recebe *e-mail* 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

3. Utiliza a Internet para se informar sobre assuntos políticos, sociais e econômicos?

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

4. Utiliza a Internet para se informar sobre outros assuntos?

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

5. Comunica-se com outras pessoas por meio da Internet

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

6. Costuma utilizar a Internet para entretenimento e diversão?

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

7. Faz compras pela internet? 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

8. Costuma utilizar a Internet para “baixar” conteúdos digitais (fotos, músicas, vídeos, *softwares* etc.)?

0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

B14. Nas eleições, qual é a primeira fonte de informação mais importante para formar sua opinião?

1. Amigos e familiares

2. Sindicatos e associações

3. Rádio

4. Chefe ou patrão

5. Jornais ou revistas

6. Igrejas ou outros cultos religiosos

7. Televisão

8. Não respondeu

B15. E qual é a segunda fonte mais importante?

1. Amigos e familiares

2. Sindicatos e associações

3. Rádio

4. Chefe ou patrão

5. Jornais ou revistas

6. Igrejas ou outros cultos religiosos

7. Televisão

8. Não respondeu

B16. Com que frequência você ouve falar de assuntos políticos [LEIA O ITEM]:

1. No local de trabalho 0 1 2 3 4 5 6 7 Não se aplica Não respondeu

2. Em encontros com os amigos 0 1 2 3 4 5 6 7 Não se aplica Não respondeu

3. Na sua casa ou na de seus familiares 0 1 2 3 4 5 6 7 Não se aplica Não respondeu

4. Em reuniões associativas respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Não
5. Em conversas com vizinhos respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Não
B17. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu bolsa de estudo para escola ou faculdade? Para tanto, foi necessária a ajuda de:			
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
B18. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu transporte para hospital? Para tanto, foi necessária a ajuda de:			
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
B19. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu transporte para escola ou faculdade? Para tanto, foi necessária a ajuda de:			
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
B20. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu tirar documento? Para tanto, foi necessária a ajuda de:			
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu	

3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
B21. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu algum auxílio do governo, como bolsa família, vale gás, bolsa escola? Para tanto, foi necessária a ajuda de:		
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
B22. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu emprego? Para tanto, foi necessária a ajuda de:		
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
B23. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu se aposentar ou receber auxílio saúde? Para tanto, foi necessária a ajuda de:		
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	
<input type="checkbox"/> Não respondeu		
B24. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu material de construção? Para tanto, foi necessária a ajuda de:		

1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
<p>B25. O senhor(a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu remédio, atendimento médico, exames? Para tanto, foi necessária a ajuda de:</p>		
1. Associação (bairro, classe, sindicato)	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
2. Igrejas	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
3. Vereador	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
4. Não conseguiu/Não conhece	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
5. Prefeitura	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
6. Não respondeu	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> Não respondeu
<p><i>Se respondeu 1,3 ou 4 em qualquer um dos questionamentos da questão B17 a B25</i></p>		
<p>B26. Nesses casos em que a associação, a prefeitura ou alguma igreja ajudou, foi ainda necessária a ajuda de algum vereador:</p>		
1. <input type="checkbox"/> Em todas as vezes		
2. <input type="checkbox"/> Na maioria das vezes		
3. <input type="checkbox"/> Em algumas vezes		
4. <input type="checkbox"/> Não se aplica		
5. <input type="checkbox"/> Nenhuma vez		
6. <input type="checkbox"/> Não respondeu		
<p>B27. O senhor(a) já recebeu ou conhece alguém que já recebeu:</p>		
1. <input type="checkbox"/> Alguma homenagem dos vereadores de Cachoeiro de Itapemirim		
2. <input type="checkbox"/> Uma homenagem dos vereadores por meio do nome de uma rua da cidade. Seja com o nome da própria pessoa ou de algum de seus familiares (pai, mãe, tio etc.)		
3. <input type="checkbox"/> Os dois acima citados		
4. <input type="checkbox"/> Não recebeu e não conhece ninguém que tenha recebido esses tipos de homenagem		
<p>B28. O senhor(a) acha que receber uma homenagem da Câmara de Vereadores de Cachoeiro [LEIA O ITEM]:</p>		

1. Demonstra que a pessoa é importante Sim Não
2. A pessoa fica bem mais vista pela sociedade Sim Não
3. Os amigos dessa pessoa olham para ela com mais respeito Sim Não
4. Ela fica comprometida com o vereador que a homenageou Sim Não
5. A pessoa fica mais poderosa depois da homenagem Sim Não
6. A família fica orgulhosa de ter uma pessoa homenageada Sim Não
7. Significa que o homenageado era um amigo ou importante conhecido de um vereador Sim Não
8. A homenagem não faz diferença nenhuma Sim Não

B29. Você concorda ou discorda [LEIA A FRASE]:

1. A principal função do vereador é conseguir com o prefeito o acesso de seus eleitores a serviços e políticas públicas.
 Concordo Discordo Não respondeu
2. Com o voto, a população passa todas as decisões políticas para o candidato eleito.
 Concordo Discordo Não respondeu
3. Uma das principais funções do vereador é prestar assistência social, educacional, médica, entre outras, à população carente.
 Concordo Discordo Não respondeu
4. A Câmara dos Vereadores deveria ouvir a sociedade na época das votações importantes.
 Concordo Discordo Não respondeu
5. As obras e serviços prioritários em uma região devem ser definidos pela população e acatados pela Câmara de Vereadores.
 Concordo Discordo Não respondeu
6. Os vereadores e o prefeito devem se comprometer a não modificar as políticas setoriais definidas pelos Conselhos Municipais de Educação, de Saúde, do Meio Ambiente, entre outros.
 Concordo Discordo Não respondeu

B30. Ao decidir seu voto para vereador, qual a importância que o(a) senhor(a) atribui às características abaixo indicadas:

1. Propor ações para a cidade como um todo 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu
2. Crer em Deus 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

3. Conseguir melhorias para bairro/comunidade 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

4. Fiscalizar o prefeito 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

5. Professar valores religiosos 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

6. Resolver problemas das pessoas, como arranjar emprego, vaga em hospital, bolsa de estudos etc.
0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

7. Não ser corrupto 0 1 2 3 4 5 6 7 Não respondeu

B31. A questão da corrupção na política tem sido um tema recorrente nos últimos anos no Brasil. Ao escolher seu candidato, qual das afirmações abaixo mais se aproxima de sua opinião:

1. Em nenhum caso voto em candidato com fama de corrupto. Na falta de opção, prefiro até anular o voto.
2. A honestidade é um dos elementos a levar em conta, mas não adianta votar em um candidato honesto que não é capaz de fazer nada.
3. Na realidade, a maioria absoluta dos políticos são corruptos. Nesse sentido, escolho aquele que tem mais possibilidades de realizar uma gestão que melhore a vida da minha família, do meu bairro e da minha cidade.

B32. Na última eleição para vereador, o seu candidato era:

1. Católico
2. Outra religião
3. Não tinha religião
4. Evangélico
5. Não sabe a religião do candidato
6. Não lembra em quem votou para vereador
7. Espírita

B33. Qual é a sua religião?

1. Católico (vá para a questão B34)
2. Evangélico não pentecostal (vá para a questão B35)
3. Evangélico pentecostal (vá para a questão B36)
4. Espírita (vá para a questão B37)

5. Não tem religião (vá para a questão B38)

6. Não respondeu (vá para a questão B39)

7. Outra (vá para a questão B39)

Pergunta obrigatória para quem respondeu CATÓLICO

B34. Nesse caso, você se considera católico [LEIA AS OPÇÕES]:

1. Praticante da renovação carismática

2. Praticante não carismático

3. Não praticante

4. Não respondeu

(Vá para a questão B38)

Pergunta obrigatória para quem respondeu EVANGÉLICOS NÃO PENTECOSTAIS

B35. Qual igreja você frequenta?

1. Batista

2. Adventista

3. Outra

(Vá para a questão B39)

Pergunta obrigatória para quem respondeu EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS

B36. Qual igreja você frequenta?

1. Assembléia de Deus

2. Deus é Amor

3. Universal do Reino de Deus

4. Congregacional Cristã do Brasil

5. Outra

(Vá para a questão B39)

Pergunta obrigatória para quem respondeu ESPÍRITA

B37. Entre as orientações espíritas que eu leri, o centro espírita que o(a) senhor(a) frequenta é mais identificado com:

1. Espiritismo Kardecista

2. Umbanda

3. Candomblé

4. Outra

(Vá para a questão B39)

Pergunta obrigatória para quem respondeu NÃO TEM RELIGIÃO

B38. Nesse caso, você:

1. Não tem religião, mas acredita em Deus

2. Não acredita em Deus (ateu)

3. Tem dúvidas sobre a existência de Deus e não sabe se acredita ou não (agnóstico)

4. Outra resposta

(Vá para a questão B39)

B39. Com que frequência o senhor(a) pratica atividade religiosa?

1. Uma vez por semana ou mais

2. Duas ou três vezes por mês

3. Uma vez por mês

4. Algumas vezes por ano

5. Não respondeu

B40. O senhor (a) concorda com a LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO ou discorda dela?

1. Discorda totalmente

2. Concorda em parte

3. Discorda de quase tudo

4. Concorda totalmente

5. Não respondeu

B41. O que o senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO?

1. Podem ser a favor dessa idéia, desde que não tentem convencer os demais

2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria

3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia

4. Não respondeu

B42. O senhor (a) concorda com a LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE ou discorda dela?

1. Discorda totalmente

2. Concorda em parte

3. Discorda de quase tudo

4. Concorda totalmente

5. Não respondeu

B43. O que o senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE?

1. Podem ser a favor dessa idéia, desde que não tentem convencer os demais

2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria

3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia

4. Não respondeu

B44. O senhor (a) concorda com a LEGALIZAÇÃO DA MACONHA ou discorda dela?

1. Discorda totalmente

2. Concorda em parte

3. Discorda de quase tudo

4. Concorda totalmente

5. Não respondeu

B45. O que o senhor(a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DA MACONHA?

1. Podem ser a favor dessa idéia, desde que não tentem convencer os demais

2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria

3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia

4. Não respondeu

B46. O senhor (a) concorda com a LEGALIZAÇÃO DO ABORTO ou discorda dela?

1. Discorda totalmente

2. Concorda em parte

3. Discorda de quase tudo

4. Concorda totalmente

5. Não respondeu

B47. O que o senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DO ABORTO?

1. Podem ser a favor dessa idéia, desde que não tentem convencer os demais

2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria

3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia

4. Não respondeu

B48. O senhor (a) concorda com as COTAS PARA AFRO-DESCENDENTES E POBRES NA UNIVERSIDADE ou discorda delas?

1. Discorda totalmente

2. Concorda em parte

3. Discorda de quase tudo

4. Concorda totalmente

5. Não respondeu

B49. O senhor (a) concorda com a frase (**NÃO EXPLICAR! LER AS ALTERNATIVAS**)

O BRASIL NECESSITA DE UM LÍDER FORTE E COM AUTORIDADE ou discorda dela?

1. Concordo

2. Não concordo

Determinação do tamanho mínimo de amostra para cálculo da proporção de uma população

Tamanho da população infinito ou desconhecido

Nível de confiança desejado	95,00%
Erro máximo desejado	5,00%
Proporção da população	50%
Amostra	196

Tamanho da população conhecido?	Sim
---------------------------------	-----

Tamanho da população finito e conhecido

Tamanho da população	156
Amostra corrigida pela população	49

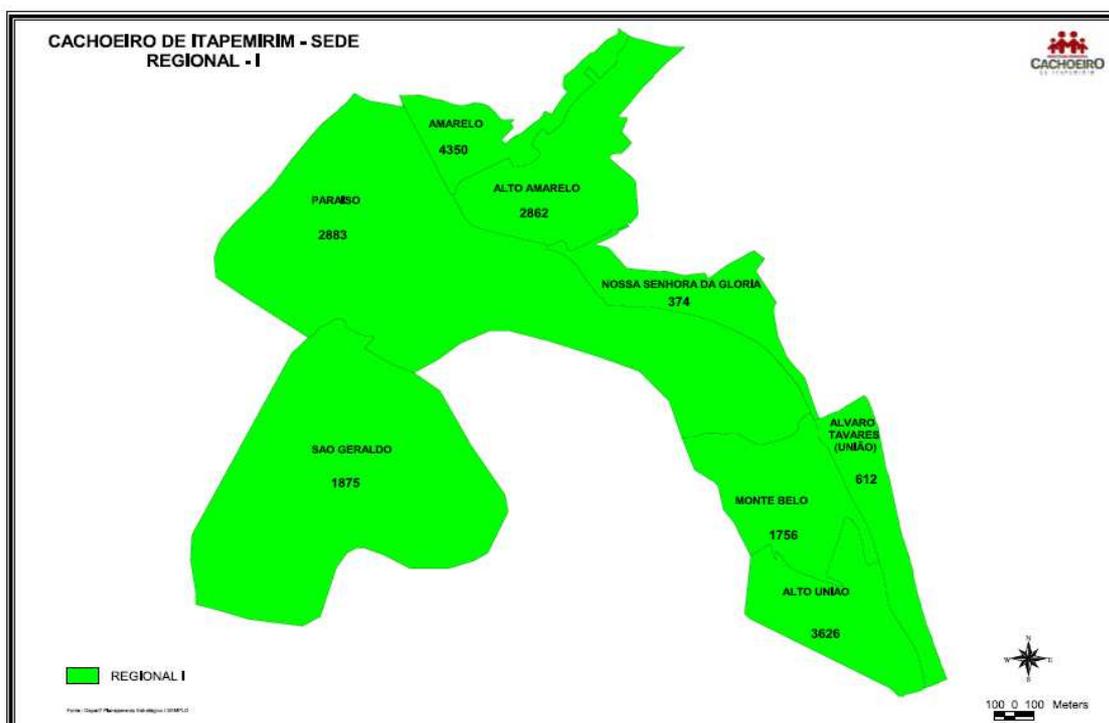
Considere este tamanho de amostra.

Número de lideranças entrevistadas:
53

Anexo 2: Mapas das associações/lideranças pesquisadas

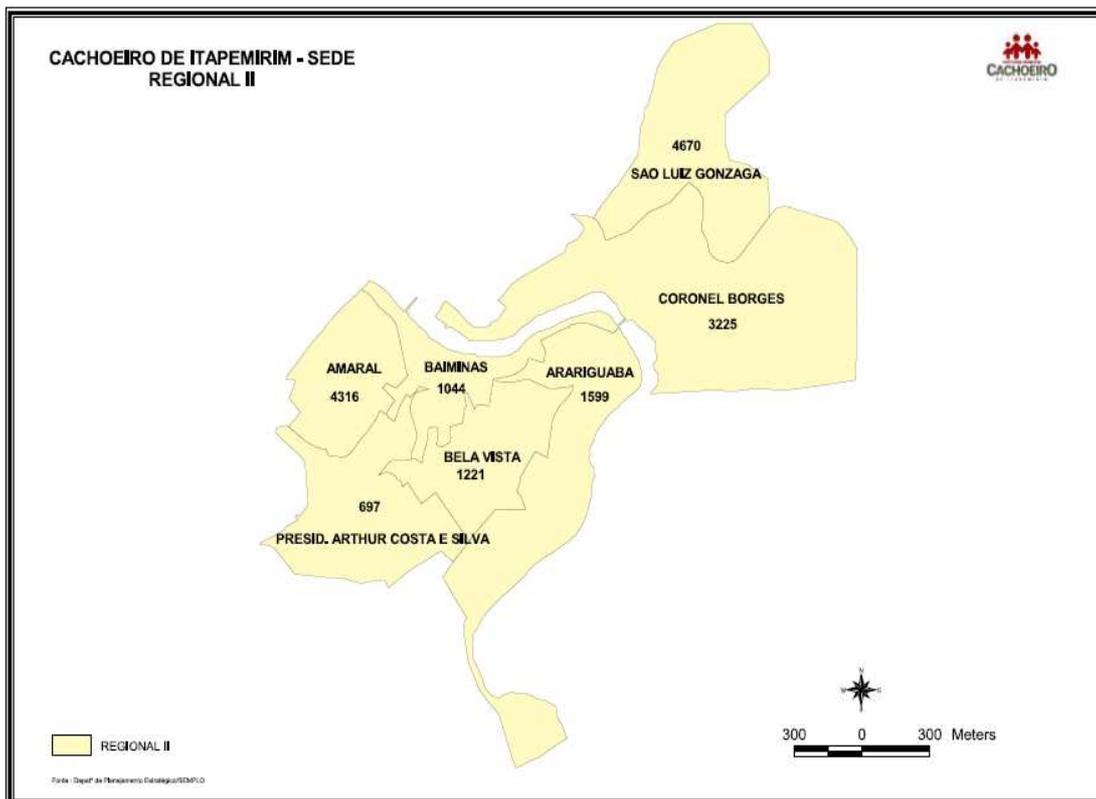
Mapa1: Regional 1

1. Associação de Moradores do Bairro Álvaro Tavares
2. Associação de Moradores do Bairro Amarelo
3. Associação de Moradores do Bairro Alto Amarelo
4. Associação de Moradores do Bairro Paraíso
5. Associação de Moradores do Bairro São Geraldo



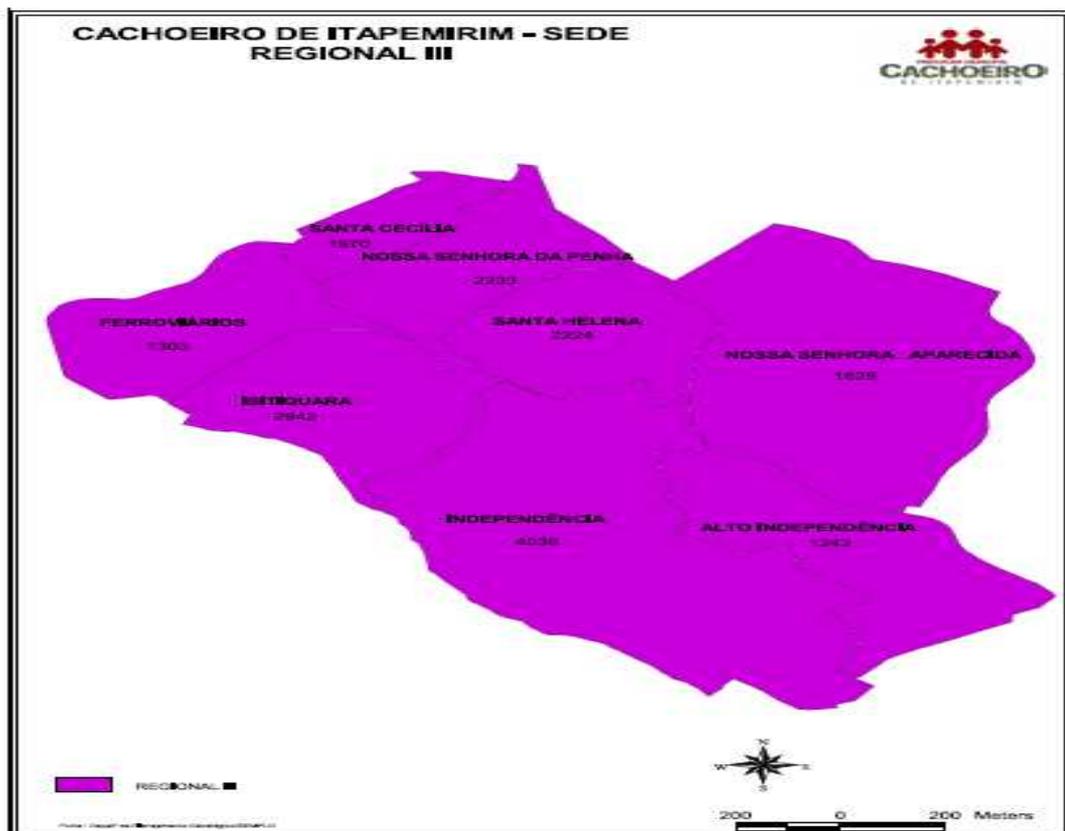
Mapa 2: Regional 2

1. Associação de Moradores do Bairro Amaral
2. Associação Bem Viver
3. Associação de Moradores do Bairro Baiminas
4. Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
5. Associação de Moradores do Bairro Coronel Borges
6. Associação de Moradores do Bairro Costa e Silva
7. Associação de Moradores do Bairro São Luiz Gonzaga



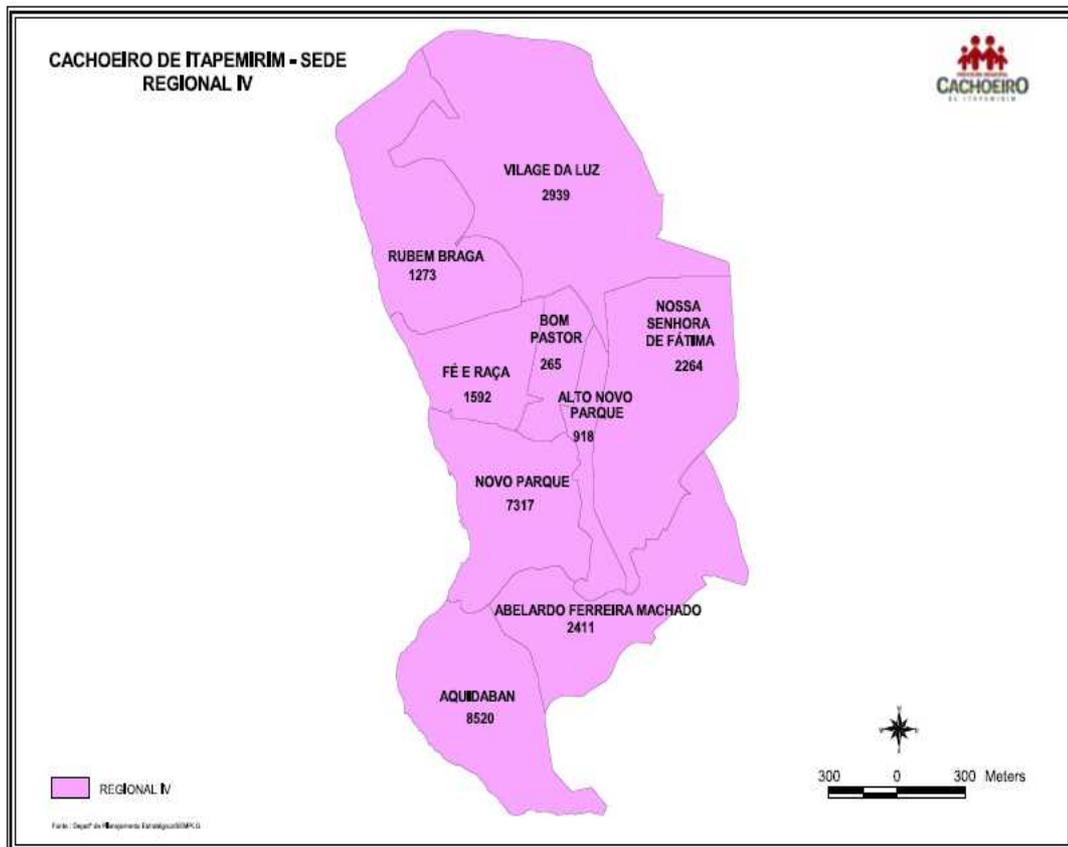
Mapa 3: Regional 3

1. Associação de Moradores do Bairro Ferroviários
2. Associação de Moradores do Bairro do Ibitiquara
3. Associação de Moradores do Bairro Independência
4. Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora da Penha
5. Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida
6. Associação de Moradores do Bairro Santa Cecília
7. Associação de Moradores do Bairro Santa Helena



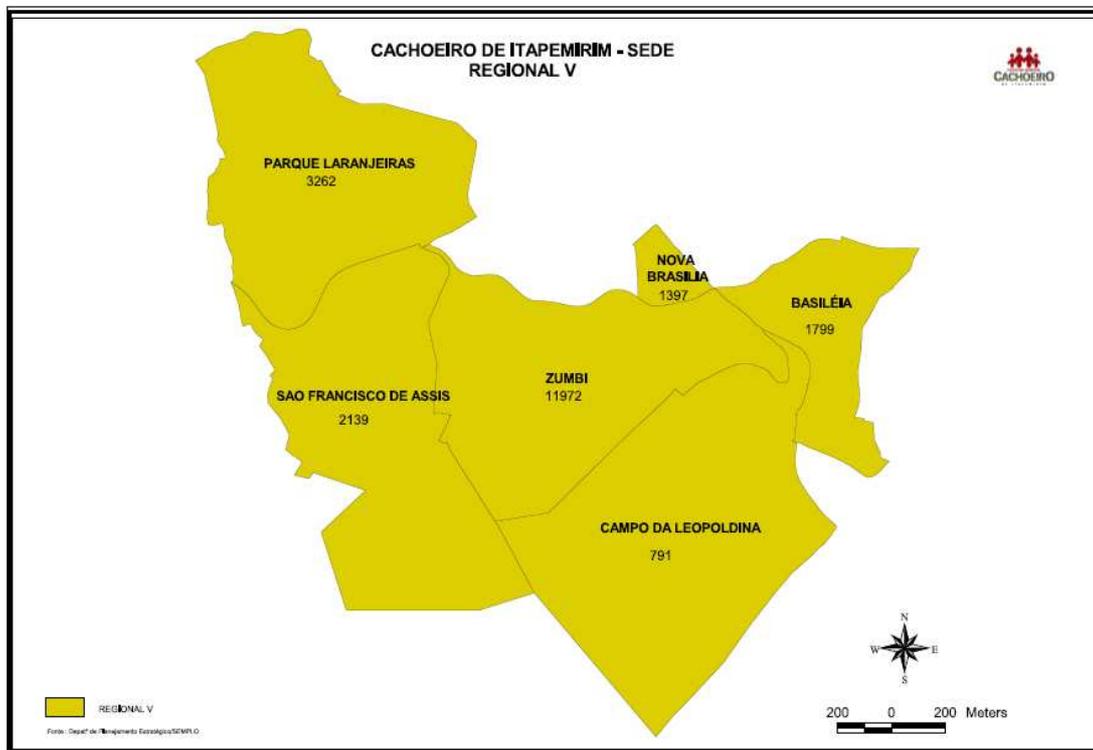
Mapa 4: Regional 4

1. Associação de Moradores do Bairro Abelardo Machado
2. Associação de Moradores do Bairro Aquidaban
3. Associação de Moradores do Bairro Fé e Raça
4. Associação de Moradores do Bairro Novo Parque
5. Associação de Moradores do Bairro Rubem Braga
6. Associação de Moradores do Bairro Vilage da Luz



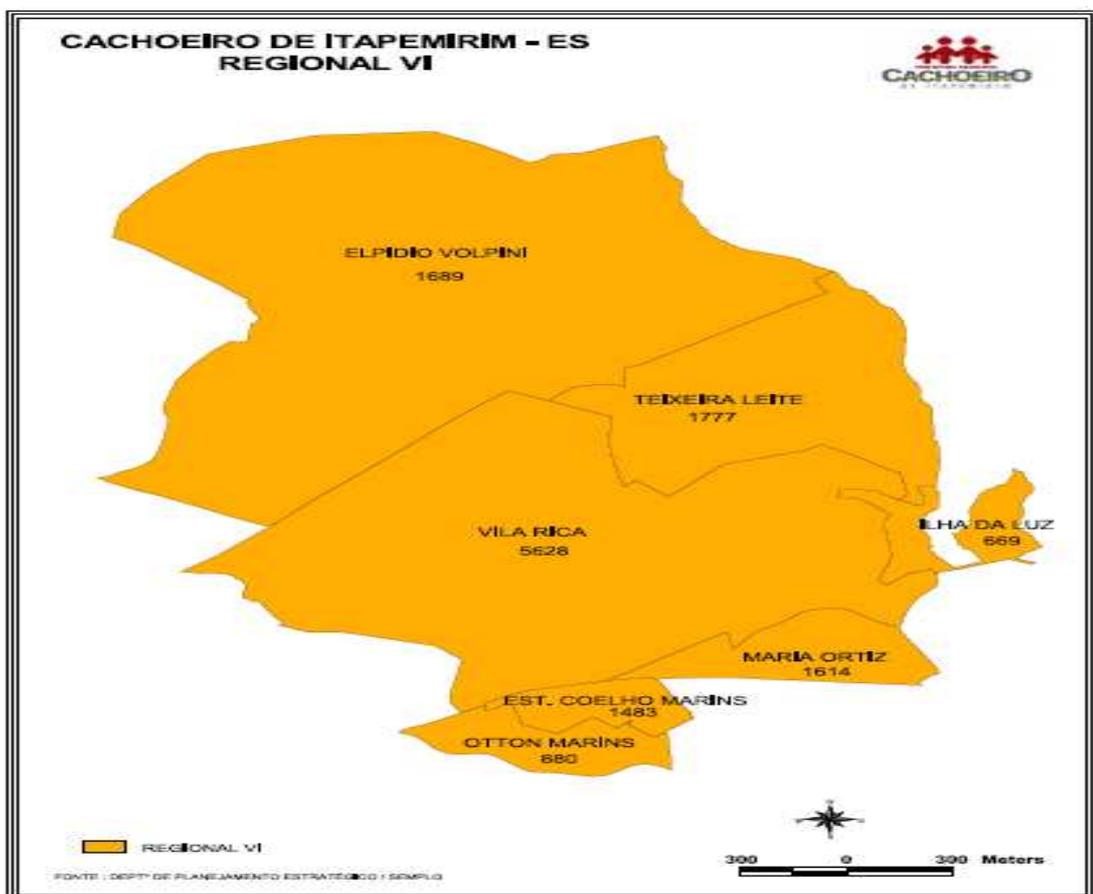
Mapa 5: Regional 5

1. Associação de Moradores do Bairro Basiléia
2. Associação de Moradores do Bairro Campo Leopoldina
3. Associação de Moradores do Bairro Parque das Laranjeiras
4. Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis
5. Associação de Moradores do Bairro Zumbi



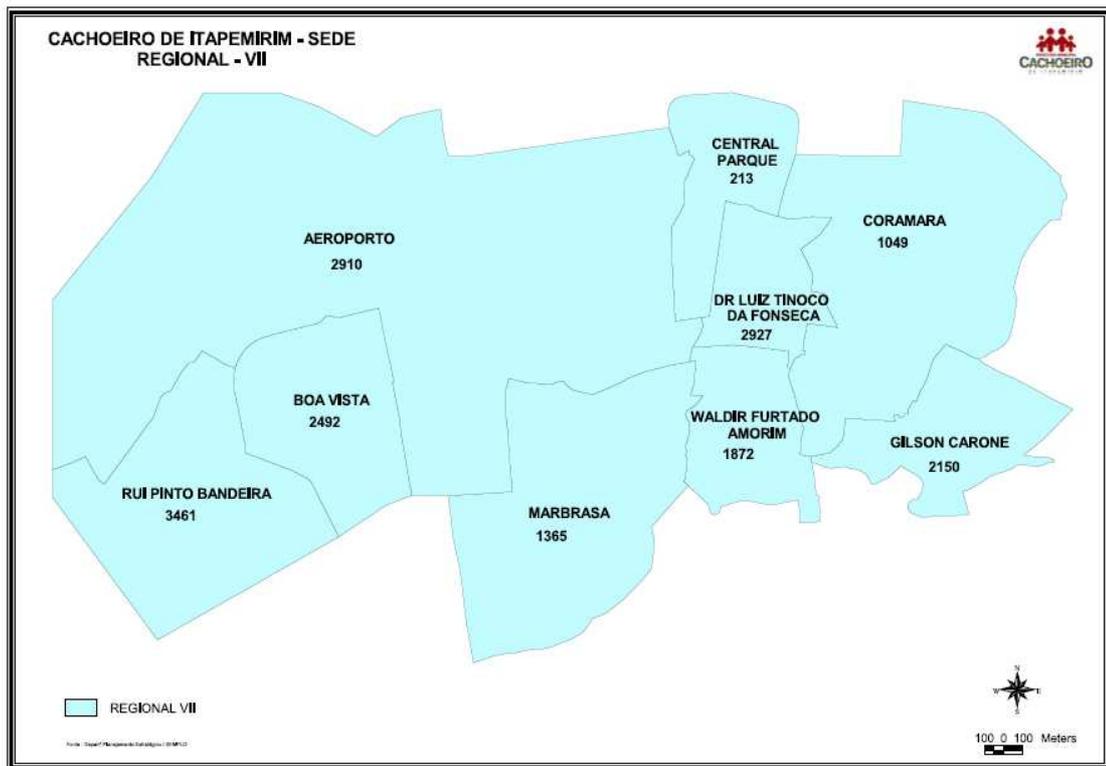
Mapa 6: Regional 6

1. Associação de Moradores do Bairro Ilha da Luz
2. Associação de Moradores do Bairro Maria Ortiz
3. Associação de Moradores do Bairro Teixeira Leite
4. Associação de Moradores do Bairro Valão



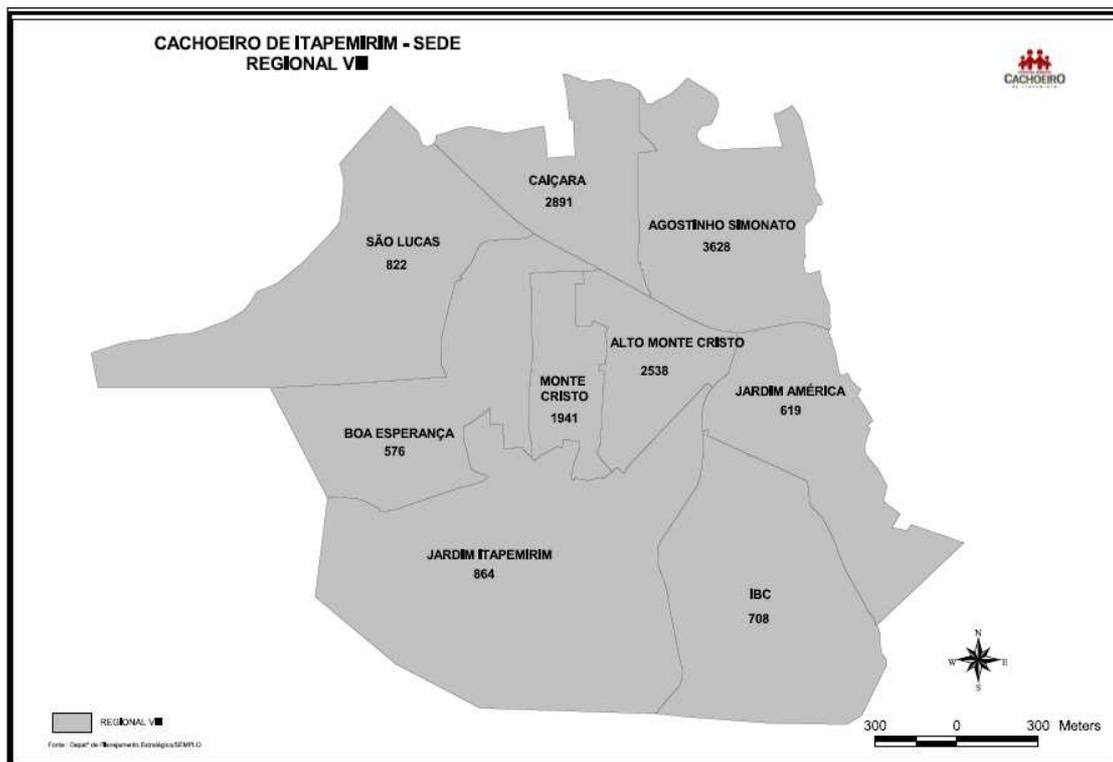
Mapa 7: Regional 7

1. Associação de Moradores do Bairro Gilson Carone
2. Associação de Moradores do Bairro Waldir Furtado Amorim
3. Associação de Moradores do Bairro Marbrasa



Mapa 8: Regional 8

1. Associação de Moradores do Bairro Agostinho Simonato
2. Associação de Moradores do Bairro Alto Monte Cristo
3. Associação de Moradores do Bairro Baixo Monte Cristo
4. Associação de Moradores do Bairro IBC
5. Associação de Moradores do Bairro Jardim América
6. Associação de Moradores do Bairro Jardim Itapemirim
7. Associação de Moradores do Bairro São Lucas



Mapa 9: Regional 9

1. Associação de Moradores do Bairro Guandu
2. Associação de Moradores do Bairro Recanto
3. Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio
4. Associação de Moradores do Bairro Sumaré

